



02 DE FEVEREIRO DE 2017

Quinta-feira

- INDÚSTRIA ENCERRA O ANO MELHOR QUE TINHA ENCERRADO 2015, AVALIA IBGE
- SEBRAE DARÁ MAIS SUPORTE ÀS PEQUENAS
- INDÚSTRIA OPERA 19% ABAIXO DO PICO REGISTRADO EM JUNHO DE 2013, DIZ IBGE
- LÍDER DE VENDAS, GM CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS
- INVESTIMENTOS EXTERNOS NO BRASIL SOFREM QUEDA DE US\$ 15 BI
- COMMODITIES PUXAM EXPORTAÇÕES EM JANEIRO
- RENTABILIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS CAI 8,2% EM 2016, DIZ FUNCEX
- PREÇOS DAS MERCADORIAS INFLUENCIARAM ALTO SALDO COMERCIAL DE JANEIRO, DIZ MDIC
- FRAUDE BLOQUEIA SEGURO-DESEMPREGO DE QUASE 9 MIL TRABALHADORES EM 5 MESES
- META DE INFLAÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS É ESTUDADA, DIZ MEIRELLES
- MEIRELLES: MODIFICAÇÕES NO BC DEVEM SAIR DO PAPEL AINDA NESTE SEMESTRE
- CORREÇÃO: FEBRABAN ADIA DE MARÇO PARA JULHO INÍCIO DE PLATAFORMA DE BOLETOS
- RICHA PREPARA NOVO PACOTE DE AJUSTE FISCAL PARA ENVIAR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
- BRASIL PODERÁ TER META DE INFLAÇÃO DE 3% NO LONGO PRAZO
- DINHEIRO "INATIVO" DO FGTS DARÁ PEQUENO IMPULSO AO CONSUMO
- PROPOSTA DE EMENDA QUER REDUZIR IDADE MÍNIMA DE 65 PARA 60 ANOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- COM TOMBO DE 7,7%, IMÓVEIS EM CURITIBA LIDERAM DESVALORIZAÇÃO NO PAÍS
- CLASSE A FOI A QUE MAIS "EMPOBRECEU" NA CRISE
- OS BENEFÍCIOS DE ESTIMULAR O FUNCIONÁRIO A SE COMPORTAR COMO DONO DO NEGÓCIO
- ABILIO DINIZ: BRASIL NÃO VAI ACABAR COM DESEMPREGO RAPIDAMENTE

- IABR FIRMA ACORDO COM CADE EM INVESTIGAÇÃO DE ABUSO DE DIREITO DE PETIÇÃO
- EXPECTATIVA DO GOVERNO PARA ARRECADAÇÃO COM PRT CONTINUA EM R\$ 10 BI, DIZ RACHID
- RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA GANHA NOVO FÔLEGO, MAS É VISTA COM CAUTELA
- OPINIÃO: LICITAÇÕES E EMPRESAS EM CRISE
- TAXA EMBUTIDA NOS PAPÉIS NEGOCIADOS NO MERCADO É AINDA MENOR
- BRASIL ATRAIU MAIS INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO QUE A ÍNDIA EM 2016, DIZ UNCTAD
- MOTOS COMEÇAM MAL O ANO DE 2017
- BRASIL É VANGUARDISTA EM TECNOLOGIA AUTOMOTIVA
- VENDAS INICIAM O ANO COM QUEDA DE 5%
- RANDON E TRUCKVAN FIRMAM ACORDO PARA ATENDER SÃO PAULO
- MERCEDES-BENZ EXPORTOU 12,9 MIL VEÍCULOS COMERCIAIS EM 2016
- SCHUNK PGN-PLUS ELÉTRICA DEFINE NOVOS PADRÕES DE QUALIDADE NA MANIPULAÇÃO MECATRÔNICA
- REVISTA PESQUISA FAPESP DESTACA PARCERIA ENTRE IPT E CSN EM PROJETO DE AÇOS ELÉTRICOS
- BNDES MUDA CLASSIFICAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- NOVOS PROJETOS VISAM TAMBÉM CONTRATAR MEI SEM CLT
- EMPRESÁRIOS CRITICAM ABRANGÊNCIA DE PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
- RECEITA FEDERAL ALTERA REGRAS DE INFORMAÇÕES DE DEPENDENTES NA DIRPF
- APROVAÇÃO DE REFORMAS É PRIORIDADE DA INDÚSTRIA NO CONGRESSO NACIONAL EM 2017
- MDIC ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE NEGOCIAÇÃO COMERCIAL COM JAPÃO E COREIA

CÂMBIO		
EM 02/02/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,121	3,122
Euro	3,376	3,377

Fonte: BACEN

Indústria encerra o ano melhor que tinha encerrado 2015, avalia IBGE

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A indústria brasileira encerrou 2016 com desempenho mais positivo do que o registrado no ano anterior, mas os avanços registrados em novembro e dezembro ainda não significam a existência de uma trajetória de recuperação no setor, afirmou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial cresceu 2,3% em dezembro ante novembro, após avanço de 0,4% no mês anterior, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2015, os dois últimos meses tinham sido de perdas: -2,2% em novembro e -1,5% em dezembro.

“A melhora em dezembro é um resultado expressivo, mas não significa que haja recuperação de perdas.

A indústria encerra o ano melhor do que tinha encerrado 2015, mas isso está longe de significar que haja claramente uma trajetória positiva que esteja consolidada para o setor industrial” avaliou Macedo.

Segundo o pesquisador do IBGE, a base de comparação muito baixa ajudou o desempenho mais positivo da indústria.

Além disso, a melhora também foi impulsionada por um setor em particular, o de veículos automotores. A atividade mostra aumento na produção de caminhões e automóveis, mas os estoques permanecem acima do nível desejado.

“Dentro da atividade a situação de estoques ainda não é muito confortável. Está melhor do que antes, mas ainda acima do padrão habitual que o setor costumava trabalhar. Mas é a atividade que lidera o crescimento para esse par de meses”, lembrou Macedo.

Sebrae dará mais suporte às pequenas

02/02/2017 – Fonte: GS Notícias

O Sebrae selecionará 510 consultores de crédito para orientar mais de 70 mil micro e pequenos empresários até dezembro de 2018 e avaliar a capacidade de endividamento de pequenos negócios no País.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está com inscrições abertas em todo o Brasil para a seleção de 510 consultores de crédito que vão atender micro e pequenas empresas.

As vagas serão destinadas apenas a aposentados que trabalharam em instituições bancárias nas áreas de análise de crédito e atendimento à pessoa jurídica, em especial pequenos negócios.

"Esta será uma grande oportunidade para os empresários de pequenos negócios, pois terão orientação de pessoas experientes do mercado de crédito", afirma o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, em nota divulgada ontem.

Indústria opera 19% abaixo do pico registrado em junho de 2013, diz IBGE

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar dos avanços registrados nos últimos dois meses de 2016, a indústria brasileira ainda opera 19% abaixo do pico registrado em junho de 2013, segundo os dados da

Pesquisa Industrial Mensal divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O patamar de produção se assemelha ao de fevereiro de 2009, época da crise financeira internacional.

“Há um espaço grande de perdas a serem recuperadas no setor industrial. As perdas são muito acentuadas quando a gente consolida o ano de 2016”, avaliou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

A indústria teve retração de 6,6% em 2016, após já ter recuado nos dois anos anteriores: -3,0% em 2014 e -8,3% em 2015. Houve um movimento de melhora gradual no fim do ano passado, especialmente em dezembro, mas ainda insuficiente para reverter as perdas anteriores, lembrou Macedo.

“A base de comparação tem influência (na queda menor em 2016 ante 2015), mas também tem uma melhora gradual. Há ganho de ritmo, mas não suficiente para tirar a indústria do campo negativo”, avaliou.

Apesar das taxas positivas em novembro e dezembro, a produção industrial recuou 0,7% no quarto trimestre ante o terceiro trimestre de 2016.

“Todas as características que justificaram o comportamento negativo da indústria ao longo do ano permanecem na conjuntura da economia. Há um ambiente melhor da condução da política monetária, com redução da taxa de juros. Mas esses fatores ainda não estão presentes dentro do escopo da produção”, explicou Macedo.

Segundo o pesquisador, a indústria ainda precisa da recuperação da demanda doméstica, através da solução das incertezas no mercado de trabalho, que determina a decisão de consumo das famílias, e na recuperação da atividade, que influencia a determinação de investimentos por parte dos empresários.

“As decisões de consumo e investimentos ficam sempre mais adiadas em função do ambiente de incertezas que acabamos presenciando ao longo de 2016”, lembrou Macedo.

Anos de perdas

Em três anos de perdas, a produção da indústria brasileira acumulou uma retração de 16,9%, segundo o IBGE.

A fabricação de bens de capital despencou 39,8%, a retração mais aguda entre as categorias de uso. Já a produção de bens de consumo duráveis diminuiu 36,8% em três anos de quedas.

A fabricação de bens intermediários caiu 13,3% em três anos, enquanto a produção de bens de consumo semi e não duráveis teve redução de 10,3%.

O desempenho da indústria foi afetado pelo adiamento das decisões de consumo das famílias e de investimentos por empresários, segundo Macedo.

“O que há em comum nesses três anos é o predomínio de resultados negativos, todas as categorias econômicas com queda na produção, com destaque para bens de capital e bens duráveis”, ressaltou Macedo.

Índice de difusão

A indústria brasileira aumentou a produção em dezembro de 54,4% dos 805 itens investigados na Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo IBGE. O índice de difusão foi o mais alto desde fevereiro de 2014, quando estava em 57,5%.

Segundo Macedo, a redução nos estoques foi um dos componentes que incentivou a melhora. Em novembro, apenas 42,7% dos produtos tiveram produção maior ante o mesmo período do ano anterior.

Na comparação com dezembro de 2015, o setor industrial teve queda de 0,1% em dezembro de 2016, com resultados negativos em 12 dos 26 ramos investigados.

A atividade de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-14,1%) teve a maior influência negativa na formação da média da indústria, pressionada pelos itens óleo diesel e álcool etílico.

Outras contribuições negativas relevantes para o total nacional foram de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-27,4%), produtos alimentícios (-3,1%), bebidas (-5,8%), outros equipamentos de transporte (-21,8%), produtos de minerais não-metálicos (-4,9%) e impressão e reprodução de gravações (-18,8%).

Entre as 14 atividades com expansão na produção, as principais influências positivas foram veículos automotores, reboques e carrocerias (19,8%) e indústrias extrativas (7,0%).

Houve impacto também de máquinas e equipamentos (12,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (23,4%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (29,1%).

Líder de vendas, GM concede férias coletivas

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Menos de um mês após retornarem de 20 dias de férias coletivas de fim de ano, funcionários da fábrica da General Motors de São José dos Campos (SP) vão ficar em casa novamente por mais 20 dias, a partir do dia 13.

O comunicado foi feito aos trabalhadores da unidade nesta quarta-feira, dia 1º, dia em que foi divulgado o balanço das vendas de veículos em janeiro, com queda de 5,2% em relação a igual mês do ano passado. A GM, que fechou 2016 como líder de vendas no País, manteve o posto.

A empresa não quis comentar o anúncio das novas férias que, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, deve envolver 2,2 mil dos 5,2 mil funcionários. "A empresa está escondendo o motivo das férias e há um grande receio entre os funcionários de que ocorram demissões", disse o presidente da entidade, Antônio Ferreira de Barros.

A entidade solicitou reunião com diretores da GM, que deve ocorrer na próxima semana. A fábrica produz a picape S10, o utilitário Trailblazer e componentes. Só da S10 foram produzidas 52 mil unidades em 2016, segundo Barros, e 30% da produção foram destinadas à exportação. Em julho a montadora contratou 550 funcionários temporários (por um ano) justamente para ampliar a linha da S10 em razão da demanda externa.

De acordo com o sindicalista, o motivo das férias "não pode ser questão de mercado, pois os estoques estão baixos". Ele disse que boatos dentro da fábrica apontam para possível queda de encomendas do México em razão da crise interna estabelecida após boicotes ao país anunciados por Donald Trump.

Tamanho adequado

Nesta semana, o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, disse ao jornal **Estado de S. Paulo** que o quadro de funcionários do grupo está adequado ao tamanho do mercado total de veículos previsto pela empresa para este ano, de 2,2 milhões a 2,4

milhões de unidades. A marca, afirmou, espera manter a liderança conquistada em 2016.

“Em janeiro completamos 16 meses consecutivos de liderança e é a primeira vez em 92 anos de Brasil que isso ocorre”, disse Zarlenga. A marca vendeu 27,6 mil automóveis e comerciais leves em janeiro e garantiu participação de 19,2% nos negócios totais. A segunda colocada, a Fiat, ficou com 13,8%. O segmento vendeu 143,8 mil unidades, 4% menos que um ano atrás.

Incluindo caminhões e ônibus, foram vendidos em janeiro 147,2 mil veículos, queda de 5,2% em relação a igual mês de 2016 e de 27,9% na comparação com dezembro, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave). Foi o menor volume para meses de janeiro desde 2006.

As montadoras esperam para o ano todo crescimento de 4% ante os 2,05 milhões de veículos comercializados em 2016.

Em janeiro, o Chevrolet Onix – fabricado em Gravataí (RS) – manteve-se como o automóvel mais vendido no País (13,9 mil unidades), seguido por Hyundai HB20 (7,3 mil). Entre os utilitários, a S10 ocupou a quinta posição, com 2,18 mil unidades.

Investimentos externos no Brasil sofrem queda de US\$ 15 bi

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A ONU aponta que o Brasil sofreu uma contração de US\$ 15 bilhões em investimentos entre 2015 e 2016, com multinacionais reduzindo suas apostas no País no ano passado por conta da recessão.

Dados publicados nesta quarta-feira, 1, pela Conferência da ONU para Desenvolvimento e Comércio (Unctad) indicam que, depois de receber US\$ 65 bilhões em investimentos externos em 2015, o Brasil acumulou US\$ 50 bilhões em 2016. A queda, de 23%, foi uma das maiores do mundo.

Para 2017, uma recuperação no Brasil pode ser minada justamente por conta da incerteza gerada pelas novas políticas de Donald Trump, revisão em acordos comerciais e multinacionais que, diante do novo cenário, hesitariam em voltar a manter o fluxo de recursos para os emergentes.

O valor deixou o Brasil na sexta posição entre os principais destinos de multinacionais pelo mundo. O ranking foi liderado pelos EUA, com US\$ 385 bilhões, seguido pelo Reino Unido com US\$ 179 bilhões.

A China aparece na terceira posição, somando US\$ 139 bilhões. A lista dos primeiros colocados ainda se completa com Hong Kong com US\$ 92 bilhões e Cingapura com US\$ 50 bilhões.

No mundo, a contração no fluxo de investimentos foi de 13%, totalizando US\$ 1,52 trilhão. O grupo de países em desenvolvimento viram uma contração de 20% da entrada de capitais, para um total de US\$ 600 bilhões.

Mas um dos maiores tombos foi registrado no Brasil. A economia nacional sofreu ao mesmo tempo com a recessão – afastando empresas que estavam interessadas no mercado doméstico – e com a queda no preço das commodities, fazendo gigantes do setor de matéria prima adiar investimentos.

Um dos aspectos mais importantes foi a queda na compra de ações de empresas brasileiras. O volume foi reduzido de US\$ 49 bilhões para US\$ 35 bilhões. O que chama a atenção também dos especialistas foi o tombo na abertura de novas fábricas por

parte de multinacionais, passando de US\$ 17 bilhões em 2015 para apenas US\$ 11 bilhões, uma redução de 35%.

Para 2017, a Unctad não garante uma expansão dos investimentos no Brasil. Se de um lado existe uma tendência ao aumento dos preços de commodities e, portanto, maior interesse por investir no País, a queda no consumo doméstico abortou planos de empresas de apostar no mercado brasileiro.

“Os investimentos em toda a América Latina estavam em valores muito baixos e, portanto, não descartamos que possa haver um aumento”, explicou James Zhan, diretor do Departamento de Investimentos da Unctad. “Mas não sabemos como esses investimentos vão poder compensar a queda em outros setores”, disse.

Segundo ele, outra incerteza que ronda a América Latina é a eventual política comercial de Donald Trump, nos EUA. Um dos maiores investidores na região é o setor privado americano que, por sua vez, pode ser obrigado a manter seus recursos na economia dos EUA para não sofrer sobretaxas.

Empresas do setor automotivo que tinham planos de investir no México foram obrigadas a repensar sua estratégia. O mesmo, portanto, pode ocorrer com o Brasil.

China

Zhan não descarta que o espaço deixado pelos americanos pode ser preenchido por empresas chinesas e europeias. De fato, as aquisições no Brasil subiram de US\$ 1 bilhão para US\$ 8 bilhões entre 2015 e 2016. Mas praticamente graças a compras chinesas.

A China Three Georges Corp investiu US\$ 4 bilhões numa concessão de energia no Brasil e ainda gastou mais US\$ 1 bilhão para ficar com os ativos brasileiros da empresa americana Duke Energy.

Ainda assim, a queda de fluxo ao Brasil afetou o total recebido pela América Latina. As mais de 30 economias da região acumularam, juntas, menos investimentos que individualmente foi aplicado por multinacionais na China, EUA ou no Reino Unido. Com US\$ 135 bilhões em 2016, a América Latina só conseguiu superar a África.

Para 2017, a previsão da ONU é de uma recuperação em 10% nos fluxos de investimentos no mundo, com um ano melhor para as economias emergentes e uma estabilização nos mercados ricos.

Mas Zhan admite que “incertezas significativas” sobre o que ocorrerá com a política comercial dos EUA e as eleições em diversos mercados na Europa podem afetar qualquer cálculo.

O principal impacto pode ser sentido justamente nos mercados emergentes, entre eles o Brasil. “Para economias emergentes, um período de incertezas nos investimentos dos países ricos pode minar a recuperação dos fluxos de investimentos a seus países”, indicou a ONU.

Multinacionais estariam aguardando para entender o que Trump pretende fazer em termos de políticas de investimentos para tomar suas decisões. Outro fator que pode pesar seria uma retomada de um aumento das taxas de juros nos EUA, depois de uma década a níveis baixos.

Para a ONU, tal medida significaria “uma mudança profunda na composição dos fluxos de capital, com implicações nas taxas de juros e nos sistemas financeiros pelo mundo, especialmente para economias em desenvolvimento”.

"O aumento do custo do capital pode minar investimentos por multinacionais que tenham assumido um nível de dívida elevado", disse. No lado comercial, o Brexit e a decisão de renegociar o Nafta e outros tratados também poderiam afetar.

Commodities puxam exportações em janeiro

02/02/2017 – Fonte: GS Notícias

Rafael Cagnin, do Iedi: a elevação da exportação é resultado do esforço do setor para ocupar a capacidade ociosa. A balança comercial registrou superávit de US\$ 2,725 bilhões em janeiro, resultado de exportações que alcançaram US\$ 14,911 bilhões e importações de US\$ 12,187 bilhões.

O desempenho de janeiro é o melhor para o mês desde 2006, quando a balança registrou superávit de US\$ 2,835 bilhões, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Em janeiro do ano passado o saldo comercial ficou em US\$ 915 milhões. Em janeiro, segundo o Mdic, as exportações cresceram 20,6% sobre igual mês de 2016, pela média diária.

Em relação a dezembro, houve uma retração de 6,5%. No caso das importações, houve aumento de 7,3% sobre janeiro de 2016 e de 5,7% sobre dezembro, também pela média diária.

Segundo o diretor de Estatística e Apoio à Exportação do Mdic, Herlon Brandão, a taxa de crescimento das exportações em janeiro é a maior desde 2011. Em janeiro de 2011, as exportações subiram 28,2%. Segundo ele, o governo mantém previsão de fechar 2017 com saldo próximo ao do ano passado, de US\$ 47,7 bilhões.

Para analistas, contribuíram para a alta das exportações em janeiro a antecipação do embarque de soja, a elevação na venda de carros e material de transporte, principalmente para a Argentina, e a alta de preços de commodities. O valor embarcado de minério de ferro cresceu 124,5% em janeiro, puxado principalmente pelos preços, que subiram 113,8%.

A exportação de petróleo também quase dobrou, com elevação de 97,7%, como resultado de 53,3% de alta nos preços e de 29% de volume de embarque. Os dois produtos, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), são emblemáticos da recuperação de preços de commodities, que beneficiou as exportações como um todo.

Ainda nos básicos, o embarque da soja em grão, um dos principais itens da pauta de exportação brasileira, aumentou 124,7%. A alta, diz Castro, foi provocada pela antecipação de embarques. Com a supersafra do grão no Brasil e na Argentina, a expectativa é de queda de preços, o que tende a acelerar os embarques, explica ele.

Nos manufaturados, destaca-se a venda de automóveis de passageiros, com alta de 34,5% contra janeiro de 2016, sempre no critério da média diária. Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), destaca que não só os automóveis de passageiros como outros itens de transporte, como veículos de carga e tratores, têm contribuído positivamente para a elevação de exportações.

Em janeiro, esses itens ajudaram no crescimento de 7,4% na exportação de manufaturados. A elevação da exportação é resultado, ressaltava Cagnin, do esforço do setor para ocupar a capacidade ociosa, assim como a elevação da produção industrial de bens de consumo duráveis.

"Embora esse aumento nem de perto seja suficiente para recompor as perdas do mercado doméstico." Ele lembra que os embarques do setor são principalmente

intracompanhia, o que torna essas operações menos suscetíveis aos efeitos da oscilação do dólar.

A exportação de bens da indústria automobilística e dos industrializados que são beneficiados pela recuperação de preços de commodities, diz Cagnin, têm um efeito "que não é desprezível" para a contribuição positiva do setor externo na economia.

"Mas essa contribuição poderia ser maior sem a valorização mais recente da taxa de câmbio e as questões estruturais de competitividade." Em boletim, a Rosenberg Associados destaca a "surpresa" com a alta das exportações totais em janeiro disseminada por todas as classes de produtos, mas pondera que há também influência da baixa base de comparação.

As importações, destaca o boletim, tiveram em janeiro a segunda alta mensal seguida, na comparação com mesmo mês do ano anterior, após 26 meses consecutivos de queda, no mesmo critério de comparação. "Essa incipiente recuperação das importações é um bom sinal que a atividade doméstica pode estar em um melhor patamar que em janeiro de 2016.

A apreciação cambial verificada nos últimos meses também atua no sentido de aumentar as importações", avalia a consultoria. A queda dos desembarques, lembra Cagnin, do Iedi, vinha se desacelerando e apontava para a saída das variações negativas desde o segundo semestre de 2016, o que é confirmado pelo dado de janeiro, com alta de 7,3% nas compras totais do exterior.

"As importações chegam à soleira da porta trazendo o impacto concorrencial", avalia. Para Cagnin, parte da elevação de importação de bens de consumo e de intermediários acontece pela reversão do processo de substituição de importação que foi permitido em alguns segmentos pelo câmbio mais desvalorizado do início do ano passado. Castro, da AEB, tem análise semelhante.

Para ele, a importação de bens intermediários e de consumo é resultado mais do câmbio do que de melhora de demanda. Ao mesmo tempo, diz ele, a importação de bens de capital continua caindo, com recuo de 40,1% em janeiro, refletindo ainda baixa intenção de investimento e de confiança para expandir produção.

Brandão, do Mdic, pondera que a queda na importação de bens de capital deve levar em conta que em janeiro de 2016 foi importada uma plataforma de petróleo de US\$ 518 milhões, o que não ocorreu este ano.

Além disso, diz, as compras de bens de capital são as últimas a reagir num cenário de recuperação econômica, já que há capacidade ociosa da indústria. "Vai aumentar a produção e esse aumento de produção demanda insumo. Então, primeiro, crescem as compras de bens intermediários. Depois de uma sinalização de que o consumo continua crescendo, cresce a compra de bens de capital", avalia Brandão.

Rentabilidade das exportações brasileiras cai 8,2% em 2016, diz Funcex

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A rentabilidade das exportações brasileiras recuou 8,2% no ano passado, segundo índice calculado pela Funcex, instituição que faz estudos sobre comércio exterior.

Apesar da desvalorização do real, que favorece os exportadores, a lucratividade dos embarques foi afetada pelo aumento de 7,5% do custo de produção das empresas, combinado à queda de 6,2% nos preços dos produtos exportados.

Além da desvalorização das commodities, o fraco ritmo de crescimento do comércio internacional pressionou os preços de produtos manufaturados e a indústria aproveitou

períodos em que o câmbio esteve mais favorável para ganhar competitividade em mercados externos.

Segundo a Funcex, a indústria de transformação aumentou em 1,2% o valor vendido ao exterior, mas a uma rentabilidade 7,4% menor.

Preços das mercadorias influenciaram alto saldo comercial de janeiro, diz MDIC

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor de Estatística e Apoio à Exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, disse nesta quarta-feira, 1º de fevereiro, que o crescimento de 20,6% nas exportações de janeiro deste ano na comparação com igual mês de 2016 se deveu principalmente ao aumento de preço dos produtos vendidos pelo Brasil.

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 2,725 bilhões em janeiro. Esse foi o melhor resultado para meses de janeiro desde 2006, quando o superávit comercial chegou a US\$ 2,835 bilhões. “Mas ainda é prematuro para considerar superávit de janeiro a tendência do ano. Mantemos uma estimativa de superávit para 2017 em torno do mesmo resultado de 2016, com crescimento tanto nas exportações como nas importações”, avaliou.

No mês passado, os preços das exportações aumentaram 20,1%, enquanto o volume vendido cresceu apenas 0,5%. “O alto saldo comercial de janeiro foi influenciado pelos preços das mercadorias, principalmente dos produtos básicos.

Há uma melhora significativa nos preços das commodities minerais”, afirmou. O preço do minério de ferro, por exemplo, teve alta de 113,8% na comparação com janeiro do ano passado.

Segundo o diretor, as commodities minerais devem continuar apresentando recuperação no preço em 2017. “Já as commodities agrícolas têm incertezas maiores”, ponderou. O preço da soja em grão, por exemplo, cresceu apenas 6,9% em relação a janeiro de 2016.

Já o crescimento de 7,4% das vendas de manufaturados em janeiro, comentou Brandão, se deve mais à recuperação de mercados, do que a variações de preço.

Brandão destacou ainda que a balança brasileira continuou com superávit na chamada “conta petróleo” em janeiro, com saldo positivo em US\$ 2,725 bilhões, resultado de exportações de US\$ 14,911 bilhões e importações de US\$ 12,187 bilhões. “Mas esperamos que a importação de combustíveis cresça com melhora da atividade econômica neste ano”, acrescentou.

Para Brandão, o crescimento das importações em janeiro pode significar a retomada da atividade econômica no começo do ano. “O resultado pode ser sim um momento de inflexão nas importações, que mostraria mais dinamismo na economia nacional”, comentou.

Já a queda de 40,1% na compra de bens de capital em janeiro se deveu à compra de uma plataforma de petróleo em janeiro do ano passado. “De qualquer forma, as importações de bens de capital são diretamente ligadas aos investimentos, portanto devem ser as últimas a serem retomadas, depois de uma recuperação mais forte nas compras de bens intermediários”, avaliou.

Fraude bloqueia seguro-desemprego de quase 9 mil trabalhadores em 5 meses

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério do Trabalho aprimorou a ferramenta de busca de fraudes no seguro-desemprego e conseguiu bloquear R\$ 53,8 milhões de benefícios que seriam concedidos a quase 9 mil trabalhadores de forma irregular de agosto a dezembro de 2016. Incluindo os valores que foram bloqueados, o governo analisa R\$ 152 milhões, que seriam destinados a 45 mil trabalhadores, mas apresentam indícios de irregularidades.

“Antes as fraudes eram denunciadas e a Polícia Federal ia atrás, mas não recuperava o dinheiro. Agora, bloqueamos os pagamentos e conseguimos evitar o uso irregular dos recursos públicos”, disse ao jornal **O Estado de S. Paulo** o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

O ministério verificou, por exemplo, que uma microempresa demitiu, de uma tacada só, 233 funcionários. Para fazer parte dessa classificação por porte, a empresa deve registrar faturamento de até R\$ 3,6 milhões. Não há limitação legal sobre número de funcionários, mas o conceito de microempresa costuma ser empregado a firmas com menos de 50 funcionários.

Outro disparate verificado no cruzamento de dados feito pelo ministério foi o de um trabalhador que recebia, de uma só vez, seis seguros-desemprego de seis empresas distintas, nas quais teria trabalhado e sido demitido simultaneamente.

A União desembolsou no ano passado R\$ 36,7 bilhões com o pagamento do seguro-desemprego para mais de 7 milhões de trabalhadores que perderem vagas com carteira assinada. De acordo com o ministério, 93,4% dos empregados que pediram o benefício foram contemplados. As fraudes correspondem, em média, de acordo com o órgão, de 3% a 5% dos desembolsos do benefício.

Cruzamento

Para coibir as irregularidades, o governo adquiriu no ano passado, por R\$ 72 milhões, um sistema que cruza pedidos do seguro-desemprego com informações da Caixa e da Receita Federal, entre outras. O banco de dados também vai contar com os dados da Previdência Social e também com os registros de óbito. A meta é economizar R\$ 1,35 bilhão por ano com a ferramenta.

As regras mais duras do benefício geraram economia de R\$ 3,8 bilhões nos últimos dois anos, diz o governo. Em 2015 e 2016, 14,6 milhões de pessoas solicitaram o benefício. Se estivessem em vigor as regras anteriores, o número de contemplados seria 15,7 milhões.

Ou seja, com a mudança nas exigências mais de 1 milhão de trabalhadores ficaram sem o benefício. Foram desembolsados R\$ 70,4 bilhões nesses dois últimos anos. O gasto teria sido de R\$ 74,3 bilhões caso não tivessem sido aprovadas as alterações.

Antes de 2015, uma pessoa demitida podia pedir o seguro-desemprego pela primeira vez se tivesse, pelo menos, seis meses de trabalho formal antes da demissão. Com a alteração, o tempo mínimo de trabalho subiu para 12 meses trabalhados no último ano e meio. Para o segundo pedido, são necessários nove meses de trabalho nos 12 meses anteriores à dispensa.

A maior parcela paga do benefício é de R\$ 1.642,72. A menor não pode ser inferior ao mínimo de R\$ 937. Cinco é o número máximo de parcelas, mas é um direito apenas do trabalhador que pede o benefício pela primeira vez e trabalhou por, no mínimo, dois anos.

Vendas de automóveis recuam 2% em janeiro na comparação anual nos EUA

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

As vendas de automóveis nos Estados Unidos recuaram 2% em janeiro na comparação com igual período do ano passado, segundo a Autodata Corp. As vendas anuais sazonalmente ajustadas superaram as expectativas dos analistas, mas é o quarto mês no último semestre que os volumes diminuem na comparação anual, apesar de generosos incentivos.

Os resultados forçam as montadoras de Detroit e rivais estrangeiras a confrontar mais diretamente uma decisão estratégica difícil: manter descontos para fomentar as vendas ou demitir trabalhadores para que a produção espelhe mais a demanda subjacente. As duas opções têm um custo.

Os incentivos geram dinheiro, mas reduzem as margens e ameaçam minar a alta consistente nos preços que o setor tem visto nos últimos anos.

A desaceleração na linha de montagem também implica um gasto, porque as fábricas com uso inferior da capacidade ainda precisam de grandes montantes para manutenção.

Os descontos ficaram em US\$ 3.635 por carro no mês passado em média, segundo a ALG, superando em muito os gastos com incentivo de janeiro de 2016 e representando um desconto de 10% em comparação com o preço pedido inicialmente.

As montadoras da América do Norte continuam ampliando estoques, mesmo após sete anos de crescimento nas vendas terem sido interrompidos. O site WardsAuto.com estima que o estoque em médio no setor equivale a três meses de vendas.

A General Motors começou a cortar turnos e milhares de vagas em certas fábricas para lidar com esse quadro. Ainda assim, a GM reforça sua produção de caminhões, antecipando um apetite maior por picapes e modelos SUV em 2017.

As vendas de veículos da GM recuaram 3,8% em janeiro na comparação anual, com 195.909 entregas, o que representa o volume mais baixo desde janeiro de 2014 para a montadora líder em venda nos EUA.

A Ford Motor teve declínio de 0,7% na mesma comparação, mas disse esperar uma temporada de vendas mais forte pela frente, por isso ampliará o estoque nos próximos meses.

A Toyota informou que teve um declínio de 11,3% em suas vendas em janeiro na comparação anual. A montadora culpou em parte o resultado forte de dezembro e também a falta de modelos SUV de luxo.

A Honda e a Nissan informaram amplas aumento de cerca de 6% nas vendas em janeiro. Já a Fiat Chrysler teve queda de 11,2% nas vendas nos EUA em janeiro.

Meta de inflação nos próximos anos é estudada, diz Meirelles

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira, 1, que a meta de inflação dos próximos anos será definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em junho e que o governo espera a proposta que deve ser feita pelo Banco Central. Na terça-feira, 31, o presidente da autoridade monetária, Ilan Goldfajn, comentou que a tendência no longo prazo é o Brasil caminhar para uma meta mais parecida com outros países emergentes, em torno de 3%.

“Essa questão da nova meta já está dando controvérsia e eu prefiro não falar muito nisso. Uma pessoa só falando já gerou muito mal entendido, imagina duas”, afirmou ao chegar para um evento do Credit Suisse.

Mesmo assim, ele ressaltou não haver dúvidas de que a tendência da inflação no Brasil num prazo maior é de queda. “O BC está fazendo um bom trabalho e problemas como a expansão fiscal, a segurança jurídica, estão sendo endereçados. A tendência de longo prazo é de queda do juro estrutural e também da inflação.”

Meirelles esclareceu que o novo conjunto de ações microeconômicas no qual o governo trabalha visa, entre outros objetivos, a reduzir a burocracia das empresas, bem como o tempo gasto por elas na gestão de compromissos tributários. Meirelles disse que um dos projetos pretende encurtar para três dias o prazo para abertura de empresas em São Paulo, que hoje leva, na média, 101 dias.

Em outra iniciativa, o governo quer que o tempo consumido nas empresas para pagamento de impostos seja de apenas um quarto das atuais 2,6 mil horas de trabalho por ano.

Meirelles informou que o governo conta com a assessoria e a “experiência internacional” de técnicos do Banco Mundial na elaboração das medidas microeconômicas, que, junto com as reformas estruturais no campo macroeconômico, terão impacto importante na redução do Custo Brasil.

“Acredito que teremos taxas de crescimento bem superiores do que temos hoje”, afirmou. “Tudo isso é parte do que estamos trabalhando para construir um novo Brasil, um Brasil eficiente”, acrescentou o ministro.

Meirelles afirmou que, superada a recessão, o importante é trabalhar para um aumento consistente do potencial de crescimento do Brasil. Ele mencionou que alguns economistas citam que o PIB potencial estaria entre 1,5% e 2,5% e que é difícil calcular isso, mas o fato é que deve ter ocorrido uma queda substancial nos últimos anos.

Meirelles apontou que, no Brasil, os ciclos econômicos têm sido muito fortes e que, com o encaminhamento de questões estruturais, como por exemplo o descontrole fiscal, deve haver uma maior estabilidade econômica.

O ministro comentou que os indicadores antecedentes de dezembro, como fluxo em estradas pedagiadas e produção de papelão ondulado, geram uma expectativa positiva para a atividade neste início de ano.

Meirelles também pontuou que a confiança de empresas e famílias voltou a subir. Juntamente com a desaceleração da inflação, esse movimento deve acelerar o processo de desalavancagem e permitir a retomada do consumo e da produção.

Meirelles: modificações no BC devem sair do papel ainda neste semestre

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira, 1, que o governo trabalha em uma melhoria na relação do Tesouro com o Banco Central e que isso inclui a criação das chamadas reservas remuneradas dos bancos no BC. Segundo ele, essas modificações devem ser implementadas ainda neste semestre.

“A proposta das reservas remuneradas é viável, bem feita. Estamos em um trabalho conjunto do BC com o Tesouro, com estudos detalhados. A ideia é simplificar e tornar mais racional e eficaz esse relacionamento, no que diz respeito à apropriação de

resultados, ao financiamento dos títulos públicos”, comentou ao chegar para um evento do Credit Suisse.

“Acreditamos que para esse semestre será possível. Temos uma questão mais abrangente, que é todo o relacionamento entre o BC e a Fazenda, e existe um ponto específico disso que é a questão da captação de recursos pelo BC e a possibilidade de fazer de forma mais eficaz, com instrumentos mais objetivos”, acrescentou.

Ele também comentou sobre o pacote de socorro ao Rio de Janeiro, que foi apresentado nesta quarta-feira pelo governo fluminense à Assembleia Legislativa. “Como vai demandar a aprovação de leis, o Rio entrou com uma ação civil originária no STF, solicitando a antecipação dos efeitos da lei, para que o acordo possa começar a ser implantado com maior rapidez. É uma decisão soberana do Supremo e nós vamos respeitar”, comentou.

Questionado sobre as recentes ações de Donald Trump nos EUA, Meirelles disse que o governo brasileiro acompanha os passos da nova administração norte-americana e tem manifestado sua posição a favor de uma maior abertura comercial, de defesa da globalização. “Não há dúvida de que o governo dos EUA vai tomar as medidas que julgue adequadas para aquele país, e o Brasil vai fazer o mesmo”, afirmou.

Segundo Meirelles, a pauta de exportação do Brasil é grande e a abrangência geográfica diversificada. “Não temos uma dependência especial de um determinado produto exportado para os EUA, como acontece com alguns países.”

Correção: Febraban adia de março para julho início de plataforma de boletos

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A nota enviada anteriormente continha uma incorreção no título e no texto. A Febraban postergou de março para julho o início da nova plataforma de boletos e não de maio para julho como constou. Segue a nota corrigida:

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) postergou de março para julho o início do funcionamento da nova plataforma de cobrança de boletos que vai centralizar o registro de todos os documentos emitidos. O adiamento, conforme explicou a entidade em nota ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, foi necessário para dar tempo de os bancos fazerem os ajustes necessários e garantir que o sistema já esteja integrado e sendo alimentado pelas plataformas de todas as instituições.

A primeira etapa de validações começa com boletos acima de R\$ 50 mil. A implantação da plataforma será feita em séries, diante do volume de boletos usados no Brasil, cerca de 3,5 bilhões de documentos emitidos anualmente, conforme a Febraban. Nos meses seguintes, o valor dos boletos diminuirá até a conclusão deste processo, cuja data foi mantida em dezembro deste ano.

A principal mudança com o novo sistema ocorrerá no momento em que o consumidor, seja ele pessoa física ou jurídica, efetuar o pagamento, mesmo de um boleto vencido. Será feita, conforme a Febraban, uma consulta à nova plataforma para checar as informações. Caso os dados coincidam, a operação é validada.

Se houver divergência de informações, o pagamento do boleto não será autorizado e o pagamento terá de ser feito exclusivamente no banco que emitiu a cobrança. No modelo atual, isso não ocorre porque nem todos os boletos são registrados em uma base centralizada.

“A nova plataforma de cobrança trará benefícios para o consumidor e para a sociedade, como maior facilidade no pagamento de contas vencidas, além de evitar o envio de

boletos não autorizados”, avalia Walter Tadeu de Faria, diretor-adjunto de Negócios e Operações da Febraban, em nota.

O sistema atual de cobrança de boletos está em vigor há mais de 20 anos e, conforme ele, precisava ser atualizado. Dentre os benefícios da nova plataforma, segundo Faria, está também a redução de inconsistências de dados, que evitará o pagamento em duplicidade e permitirá a identificação do CPF do pagador.

Facilitará, com isso, o rastreamento de pagamentos e reduzirá as fraudes que, de acordo com Faria, é uma fonte de preocupação permanente para todo o sistema bancário.

A Febraban acrescenta ainda que o boleto continuará tendo o código de barras com 44 posições, o que não acarretará em mudança dos leitores óticos que os emissores possuem.

Richa prepara novo pacote de ajuste fiscal para enviar à Assembleia Legislativa

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Como integrantes do Executivo e deputados governistas garantem que não haverá propostas de aumento de impostos, a tendência é que haja novas mudanças em relação ao funcionalismo

Apesar de viver uma situação financeira razoavelmente confortável se comparado aos outros estados, o governo do Paraná planeja enviar à Assembleia Legislativa nas próximas semanas um novo pacote de ajuste fiscal.

Os projetos também devem ser acompanhados de medidas internas para redução de custeio da máquina pública. Como integrantes do Executivo estadual e deputados governistas garantem que não haverá propostas de aumento de impostos, a tendência é que haja novas mudanças em relação ao funcionalismo.

Na abertura dos trabalhos legislativos de 2017 na Assembleia nesta quarta-feira (1.º), alguns dos principais representantes do governo presentes à sessão confirmaram o encaminhamento de mais um “pacotão”.

Sem adiantar o conteúdo dos projetos, o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que o Executivo seguirá fazendo “todo tipo de ajuste” diante da crise que se aprofunda cada vez mais no país e tem trazido queda acentuada nas receitas.

Aos jornalistas, o tucano sinalizou que as novas medidas deverão recair sobre a estrutura do governo e, também, sobre os servidores. “Aumento de impostos podem ter certeza que não haverá.

Não iremos penalizar os 11 milhões de paranaenses, que não suportam mais o aumento da carga tributária”, declarou. “Por isso, cabe ao poder público fazer os ajustes internos e aos servidores se adequarem à nova realidade que vive o país.”

Já o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), disse que o “pacotão” não terá “nada polêmico” e fará apenas “algumas adequações na legislação diante do novo quadro econômico”. “Não será nada que mexa no bolso dos paranaenses nem que venha a afrontar os servidores.”

Segundo um deputado da base aliada, o novo pacote de ajuste fiscal deverá ser apresentado na forma de cinco ou seis projetos de lei. O parlamentar afirmou que a minuta das mensagens ainda está nas mãos do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, que tem encontrado resistência dentro de alguns setores do governo em relação

às mudanças propostas. No final do ano passado, Costa disse à **Gazeta do Povo** que 2017 seria um ano de “constante ajuste fino” das contas do estado, em virtude do aprofundamento da crise no Brasil.

“O que disseram para gente é que não seria um começo de ano fácil, que viria bucha, mas não sei o que é [o teor das mensagens]”, declarou outro deputado.

Remédio amargo e parcelado

Veja dez decisões econômicas tomadas pelo governo Beto Richa para tentar driblar a crise desde a reeleição dele para um segundo mandato, em 2014:

1. Dezembro de 2014

Aumentou de 12% para 18% a alíquota do ICMS sobre até 95 mil itens de consumo popular; em 40% a alíquota do IPVA; e em um ponto porcentual a do ICMS do álcool e da gasolina.

2. Dezembro de 2014

Instituiu taxa de 11% para os aposentados e pensionistas do estado que recebem acima do teto do INSS, fixado atualmente em R\$ 5.189,82. O desconto passou a vigorar em 1.º de abril de 2015.

3. Abril de 2015

Em meio à Batalha do Centro Cívico, aprovou na Assembleia Legislativa a reestruturação da Paraprevidência, transferindo do Fundo Financeiro para o Previdenciário 33,5 mil servidores com idade acima de 73 anos à época. A mudança desses inativos, que eram pagos pelo tesouro estadual, passou a trazer ao caixa do governo uma economia mensal de R\$ 125 milhões.

4. Setembro de 2015

Lançou um pacote anticrise com diversas medidas, incluindo a previsão de que o Executivo passasse a manter para si o dinheiro obtido com a venda da gestão da folha dos inativos do estado a um banco, em vez de destiná-lo à Paraprevidência; e a criação do Fundo de Combate à Pobreza, constituído por 2% do ICMS cobrado sobre alguns produtos, de forma a desvincular esse porcentual da cota obrigatória do tributo a ser repartida com as prefeituras e os outros poderes do estado.

5. Dezembro de 2015

O Legislativo autorizou o governo a vender 54 imóveis considerado inservíveis para o Estado e, com isso, arrecadar até R\$ 100 milhões. Eles estão distribuídos em 23 cidades, principalmente em Curitiba e região metropolitana.

6. Agosto de 2016

Os deputados autorizaram o Executivo a vender mediante licitação outros 12 imóveis, entre eles um da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), avaliado em cerca de R\$ 15 milhões e localizado em Ponta Grossa.

7. Setembro de 2016

Criou uma taxa a ser cobrada sobretudo de grandes empresas que são usuárias de água não tratada e de recursos minerais, a fim de gerar uma arrecadação anual extra de cerca de R\$ 100 milhões.

8. Setembro de 2016

Ganhou autorização da Assembleia Legislativa para vender ações da Sanepar e da Copel, desde que o governo mantenha o controle de pelo menos 60% das ações ordinárias no primeiro caso e de 51% no segundo.

A oferta das ações da Sanepar vai começar no próximo dia 20 de dezembro e a estimativa é arrecadar pelo menos R\$ 1,3 bilhão. O negócio envolvendo a Copel, que pode movimentar até R\$ 700 milhões, ficará para o ano que vem.

9. Novembro de 2016

O Executivo suspendeu por tempo indeterminado o pagamento do reajuste salarial dos servidores públicos previsto para janeiro – inflação de 2016 mais 1% –, que custaria R\$ 2,1 bilhões aos cofres públicos. Por ora, a promessa é garantir apenas a quitação de promoções e progressões de carreira, cujo custo total é de R\$ 1,4 bilhão.

10. Dezembro de 2016

Depois de assumir, no fim de 2015, uma dívida histórica de R\$ 1,8 bilhão do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo pediu autorização ao Legislativo – o projeto ainda tramita na Casa – para extinguir definitivamente o banco estadual.

A medida deve movimentar R\$ 150 milhões, ao envolver, por exemplo, a absorção do prédio onde funciona a instituição, a venda de imóveis e a negociação no mercado da carteira de créditos inadimplentes do Badep.

A proposta ainda prevê a extinção do Centro de Convenções de Curitiba e da Mineropar e mudanças no funcionamento da Imprensa Oficial, permitindo uma economia conjunta de quase R\$ 7 milhões por ano.

Brasil poderá ter meta de inflação de 3% no longo prazo

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O primeiro passo é voltar para o centro da meta; o BC já trabalha com uma inflação de 4,4% este ano e 4,5% em 2018



“No longo prazo, devemos caminhar para uma meta de 3%. Por enquanto, buscamos os 4,5%”, disse o presidente do BC. Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Brasil poderá ter, a longo prazo, uma meta de inflação de 3%, semelhante à de outros países emergentes. A afirmação foi feita nesta terça-feira (31) pelo presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, durante a 2017 Latin America Investment Conference, em São Paulo, evento com investidores nacionais e estrangeiros promovido pelo banco de investimentos Credit Suisse. Especialistas ouvidos pelo *GLOBO* avaliam que isso é possível, mas apontam um obstáculo: o histórico de indexação da economia brasileira.

Ilan disse que a instituição já trabalha com uma inflação de 4,4% este ano e 4,5% em 2018, ou seja, dentro do centro da meta. O presidente Michel Temer, que fez o discurso de abertura do evento, também afirmou que a inflação deste ano já poderá ficar abaixo de 4,5%.

Essas projeções são mais otimistas que as do mercado financeiro. O último boletim Focus, compilado pelo BC com bancos e consultorias, aponta uma expectativa de inflação para este ano de 4,80%.

Segundo Ilan, com a ancoragem das expectativas para uma inflação no centro da meta nos próximos anos, a autoridade monetária poderá intensificar o ritmo de queda de juros. Ele afirmou que, em junho, o BC vai estabelecer a meta de inflação para 2019. Ilan não revelou se o centro da meta permanecerá nos atuais 4,5%, mas disse que, a longo prazo, a tendência é reduzir esse patamar:

“No longo prazo, devemos caminhar para uma meta de 3%. Por enquanto, buscamos os 4,5%. Mas será bom tomar a decisão do centro da meta para 2019 com as expectativas ancoradas”, disse o presidente do BC a uma plateia de investidores.

José Milton Dallari, sócio da consultoria Decisão e especialista em preços, afirma que, se a inflação fechar 2017 no centro da meta (4,5%), em quatro ou cinco anos será possível reduzi-la a 3%. Dallari, que ficou conhecido como o “xerife dos preços” no governo Fernando Henrique Cardoso, avalia que a indexação da economia brasileira ainda atrapalha e que será preciso conter a chamada “inflação inercial” para tornar factível uma meta menor.

“É preciso discutir a indexação de contratos a índices de inflação ou ao salário mínimo. O aluguel, por exemplo, poderia ser ajustado de acordo com as condições do mercado, seguindo a lei de oferta e procura”, disse Dallari.

Ilan afirmou que a queda de juros abre espaço para uma recuperação econômica, mas ponderou que essa retomada também depende de outras medidas, entre elas reformas que já estão em andamento, como a fiscal e a da Previdência. Ele citou ainda as reformas trabalhista e tributária, que estão na pauta do governo, como medidas importantes para fazer a economia voltar a crescer.

“Essas reformas elevam a produtividade do país e ajudam na recuperação econômica - disse o presidente do BC, lembrando que essas mudanças também ajudam a melhorar o ambiente de negócios”, disse.

Câmbio

Ilan sinalizou ainda que o BC pode voltar a reduzir os estoques de swaps cambiais (operações que equivalem a uma venda de moeda no mercado futuro), o que fez o dólar ganhar força ontem - o mercado interpretou os comentários do presidente da autoridade monetária como a avaliação de que a valorização do real foi além do esperado.

Na mínima, a moeda americana chegou a R\$ 3,103, um recuo de 0,83%, mas, depois que os investidores digeriram os comentários de Ilan, o dólar encerrou o dia a R\$ 3,152, uma alta de 0,73%. No mês, porém, a divisa acumulou queda de 3,1%.

O presidente do BC ressaltou que há um volume de US\$ 7 bilhões em contratos de swap que vencem em 1º de março e que eles poderiam ser renovados parcialmente, ou mesmo nem haver rolagem. A exposição do BC a esse tipo de contrato passou de US\$ 108 bilhões para cerca de US\$ 26 bilhões.

“Mas isso não significa que não possamos reduzir esse estoque no futuro”, disse Ilan, o que bastou para colocar o dólar em trajetória de alta.

No início de janeiro, o BC anunciou a rolagem de pouco mais de US\$ 6 bilhões, que venciam nesta quarta-feira. Na ocasião, temia-se que a posse de Donald Trump nos Estados Unidos pudesse levar volatilidade aos mercados - o objetivo da rolagem era manter a liquidez. Mas essa estratégia, somada à captação de empresas no exterior, empurrou o dólar para baixo.

“O BC anunciou a rolagem dos contratos que venciam em 1º de fevereiro temendo os efeitos da posse de Trump. Mas, mesmo com essa incerteza, o fluxo de recursos foi positivo para o país e deve continuar assim em fevereiro, então é oportuna a estratégia de voltar a reduzir os estoques de swap cambial”, disse Italo Abucater, gerente de câmbio da Icap do Brasil Corretora.

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) avançou 0,57%, aos 64.670 pontos, acumulando alta de 7,4% no mês. O desempenho da Petrobras contribuiu: as ações

preferenciais (PN, sem direito a voto) subiram 1,21%, a R\$ 15,02, e as ordinárias (ON, com voto), 0,30%, a R\$ 16,19.

Dinheiro "inativo" do FGTS dará pequeno impulso ao consumo

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Saque de contas inativas do Fundo pode elevar gastos das famílias em 0,4% neste ano, após forte queda em 2015 e 2016



O saque de contas inativas do FGTS deve dar um pequeno impulso ao consumo das famílias e, conseqüentemente, ao crescimento da economia. O "empurrão" não será mais forte porque parte do dinheiro tende a ser direcionada para o pagamento de dívidas e, no caso dos trabalhadores com saldos mais altos, para aplicações financeiras.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e a equipe econômica do banco Santander, que antes esperavam crescimento zero para o consumo das famílias neste ano, contam agora com um avanço de 0,4%. Para o Santander, o "efeito multiplicador" desse gasto deve estender o impacto do dinheiro do FGTS até o ano que vem, quando pode elevar o consumo em mais 0,3%.

São números pequenos mas não desprezíveis, dada a penúria da economia brasileira. Responsável por dois terços do Produto Interno Bruto (PIB), o consumo vem de dois anos de forte queda: recuou 3,9% em 2015 e 4,5% no ano passado, segundo estimativa do Ibre/FGV.

Com um leve aumento nessas despesas, a economia toda também deve crescer. Mas, por enquanto, Ibre/FGV e Santander mantiveram suas projeções para o PIB. O primeiro prevê crescimento de 0,3%, "com viés de alta" graças ao dinheiro do Fundo de Garantia. O segundo planejava revisar para baixo sua projeção de 0,7% em razão de indicadores ruins, mas diz que o saque do FGTS "neutralizou" esse efeito.

O governo estima que os trabalhadores vão resgatar cerca de R\$ 30 bilhões de um total de R\$ 41 bilhões que, segundo o Planalto, estão depositados nas contas inativas até 31 de dezembro de 2015, que serão liberadas para saque. Os valores são controversos, bem superiores ao saldo reportado pelo balanço anual do FGTS.

Se a estimativa do governo estiver correta, representa um reforço considerável – ainda que temporário – ao orçamento das famílias. A consultoria Tendências estima que a massa de renda das famílias brasileiras diminuiu R\$ 77 bilhões em 2016. O dinheiro do FGTS ajudaria a repor parte dessa perda.

"A injeção dos cerca de R\$ 30 bilhões na conta corrente das famílias ainda no primeiro semestre implicará um aumento de seu consumo não antevisto em nossas projeções anteriores", avalia a equipe de conjuntura do Ibre/FGV.

Destinação

Embora cheguem a projeções semelhantes de impacto do dinheiro do FGTS, Ibre e Santander partem de premissas diferentes. O Ibre supõe que os brasileiros vão gastar

metade dos R\$ 30 bilhões que devem sacar: "Tendo em vista a estrutura de preferências dos consumidores, é provável que parte dos recursos, que poderiam ser direcionados para quitar dívidas, seja alocada para consumo corrente".

O Santander, por sua vez, acredita que todos os R\$ 41 bilhões disponíveis serão resgatados, e que grande parte servirá para pagar dívidas ou será reinvestida.

"O governo crê que 70% do saldo será sacado, conforme o padrão histórico. Mas consideramos a situação atual bastante atípica, com mercado de trabalho deprimido, alto endividamento das famílias e aperto no crédito. É isso que nos leva a supor que 100% do saldo será sacado", diz o economista Rodolfo Margato.

Pagamento de dívidas será prioridade, avaliam economistas

O Santander estima que apenas 1% das contas inativas do FGTS concentram quase metade dos R\$ 41 bilhões depositados. E que 86% das contas têm saldo de até um salário mínimo.

"O valor pertencente ao estrato mais alto tende a ser realocado para investimentos mais atrativos. E as contas com até um salário mínimo provavelmente serão destinadas ao pagamento de dívidas", diz Rodolfo Margato, economista do Santander.

O economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, também acredita que boa parte do dinheiro será usada para reduzir o endividamento. "Empresas e famílias estão tentando tirar dívidas de seus balanços.

Tanto que, apesar da queda da atividade econômica e do aumento do desemprego, a inadimplência das famílias não está subindo. Os brasileiros estão sendo muito sábios", avalia. "Por isso, esse dinheiro tende a não gerar consumo novo, e sim quitar dívidas. O que é bom."

Quanto dinheiro têm as contas inativas?

O mais recente relatório de gestão do FGTS informa que, ao fim de 2015, havia R\$ 18,6 bilhões depositados em contas inativas do Fundo. Aplicando sobre esse valor os juros e a correção monetária de 5,09% referentes ao ano de 2016, o montante sobe para R\$ 19,5 bilhões.

O total pode chegar a R\$ 20,5 bilhões, se considerados os saques de expurgos dos planos Verão e Collor I mais o resgate de ações da Petrobras e da Vale compradas com dinheiro das contas inativas, segundo cálculo do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador (IFDT).

O governo federal, no entanto, tem divulgado que o saldo das contas inativas chega a R\$ 41 bilhões. Na terça-feira (31/1), a **Gazeta do Povo** procurou a Caixa Econômica, gestora do Fundo e responsável pelos dados do relatório de gestão, para esclarecer essa discrepância. Mas o banco não respondeu até o fechamento desta edição.

Empurrãozinho

O saque de contas inativas do FGTS não vai fazer a economia "bombar". Mas é melhor que nada. O que ninguém parece saber é quanto dinheiro existe nessas contas.



Qual pode ser seu impacto sobre o consumo?



Ano	Impacto de alta (%)	Fonte
2017	0,4%	(Ibre/FGV e Santander)
2018	0,3%	(Santander)

*R\$ 18,6 bilhões ao fim de 2015, segundo o relatório, mais 5,09% de juros e correção monetária, conforme cálculo da ONG IFDT.

Fonte: Relatório de Gestão do FGTS 2015, IFDT, Ibre/FGV, Santander. Infografia: Gazeta do Povo.

Proposta de emenda quer reduzir idade mínima de 65 para 60 anos na reforma da Previdência

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Proposta tem o apoio do PSD, PR, PP e PTB, além do PCdoB, que é oposição



A base aliada do presidente Michel Temer na Câmara está finalizando um texto alternativo ao apresentado pelo Executivo, flexibilizando consideravelmente a reforma da Previdência. Na contramão do que quer o governo, a emenda reduz a idade mínima para aposentadoria, mantém o pagamento integral das pensões e acaba com a regra de transição.

Encabeçada pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o texto tem o apoio de parlamentares do PSD, PR, PP e PTB, que integram a base de Temer no Congresso, além do PCdoB, que é oposição.

O texto reduz a idade mínima de 65 anos para 60 anos aos homens e 58 anos para as mulheres. A adoção de 65 anos para aposentadoria na iniciativa privada e no serviço público vem sendo tratada como "elemento-chave" pelo governo, em especial, pelo ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), que coordenou a proposta apresentada ao Congresso.

Outra mudança que está sendo feita pelos deputados é quanto ao pagamento de pensões. A proposta do governo acaba com o repasse integral às viúvas. O valor mínimo previsto é de 60% do benefício calculado e aumenta a depender do número de dependentes, até atingir os 100%. Na emenda dos parlamentares, a pensão se manterá integral, não podendo, entretanto, ultrapassar o teto.

Os deputados querem, ainda, acabar com a regra de transição estabelecida. Pela proposta original, homens acima de 50 anos e mulheres acima dos 45 anos entrariam na regra, pagando um pedágio para se aposentar: aplica-se acréscimo de 50% sobre o tempo de contribuição que resta com base na regra antiga. Por exemplo, se faltam 10 anos para se aposentar, esse trabalhador teria que trabalhar 15 anos.

Na emenda liderada por Paulinho, o pedágio passa a ser de 30% sobre a idade ou tempo de contribuição, o que for melhor para o trabalhador. Esta transição vale para todos os empregados que já estão no mercado de trabalho, sem o corte de idade, como estabelece o texto do governo.

A emenda substitutiva ao texto está sendo construída por 20 deputados. Além de Paulinho, são autores da proposta os deputados Aelton de Freitas (PR-MG), Rogério Rosso (PSD-DF), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Orlando Silva (PCdoB-SP), entre outros.

O presidente Michel Temer já foi avisado por parlamentares sobre as mudanças. Tentou manter a idade mínima em 65 anos ou, ao menos, garantir uma redução menor do que a que está sendo proposta pelos deputados. Por enquanto, no entanto, não houve acordo. Em meio às negociações para a eleição do presidente da Câmara, estão sendo coletadas assinaturas para protocolar o texto.

Com tombo de 7,7%, imóveis em Curitiba lideram desvalorização no país

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

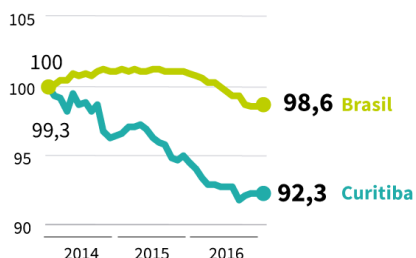
Levantamento da Associação das Entidades de Crédito Imobiliário aponta que a queda dos preços foi de 7,72% em quase três anos



Curitiba foi a capital brasileira com a maior desvalorização no preço dos imóveis nos últimos três anos.

De acordo com um levantamento da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o preço das casas e apartamentos registrou um tombo de 7,72%.

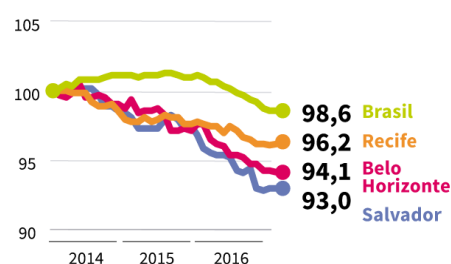
Em todo o país, o Índice Geral do Mercado Imobiliário (IGMI-R) apresentou de janeiro de 2014 a dezembro do ano passado uma queda menor, de 1,39%.
Variação em pontos, com base em 100



O indicador é medido pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE-FGV) e considera um total de nove capitais e quatro mil cidades. A pesquisa apura apenas os imóveis residenciais financiados nos bancos e avalia itens como localização, área construída, número de apartamentos e materiais usados.

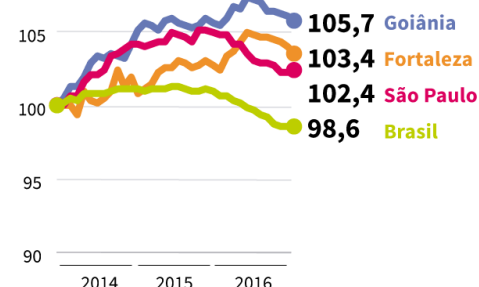
Entre as maiores depreciações no período, Curitiba é acompanhada por Salvador (-6,97%), Belo Horizonte (-5,86%) e Recife (-3,75%).

Varição em pontos, com base em 100



Apenas três capitais tiveram um resultado positivo no país: Goiânia (5,74%), Fortaleza (3,41%) e São Paulo (2,37%).

Varição em pontos, com base em 100



Preços dos imóveis em Curitiba tiveram uma leve alta em dezembro

Em 2016, o mercado imobiliário do país acumulou uma queda de 2,26%. No entanto, o IGMI-R de dezembro apontou para uma leve recuperação do setor, ficando em 0,08%.

Nos últimos 12 meses, a redução do valor dos imóveis em Curitiba foi de 2,29%, com uma alta tímida de 0,02% em dezembro.

Período	Curitiba	Brasil
12 meses (em %)	-2,29	-2,26
Dezembro/2016 (em %)	0,02	0,08

As quedas mais acentuadas no ano foram de Rio de Janeiro (-3,85%), Belo Horizonte (-3,55%), Salvador (-2,87%) e São Paulo (-2,39%).

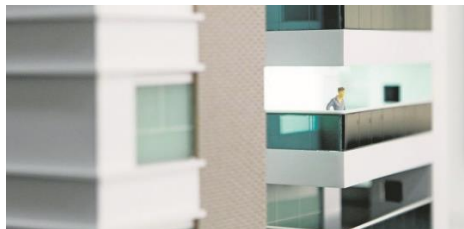
Os dados calculam a queda nominal e não consideram a inflação oficial neste período, o IPCA, que foi de 6,29%. Já o IGPM, que é usado como base para o reajuste dos alugueis, teve uma elevação de 7,17% no ano passado.

Para 2017, a Abecip avalia que os resultados de dezembro passado indicam uma possível "reversão de tendência" e de estabilização dos preços dos ativos.

Classe A foi a que mais "empobreceu" na crise

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Com 475 mil famílias "rebaixadas" para a classe B ou estratos mais baixos, renda total dos mais ricos encolheu 6% entre 2014 e 2016



Classe A perdeu 475 mil famílias em dois anos, o que reduziu a renda total do grupo. Mas quem se segurou lá em cima está mais rico. Antônio More/Gazeta do Povo

A recessão não poupou nem o topo da pirâmide social. A classe A, que reúne os mais ricos, foi a que mais perdeu dinheiro nos últimos dois anos.

Em 2016, a renda total desse grupo foi de R\$ 1,326 trilhão, cerca de R\$ 85 bilhões a menos que em 2014. Em termos relativos, a queda foi de 6%. As estimativas são de um estudo da consultoria Tendências baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Pelos critérios do estudo, as famílias da classe A são as que ganham mais de R\$ 16.263 por mês, em valores de dezembro de 2015. Com a crise, muitas acabaram "rebaixadas" para a classe B ou estratos mais baixos. Segundo a Tendências, nos últimos dois anos 475 mil famílias deixaram o grupo mais rico, que terminou 2016 com cerca de 2,2 milhões de famílias.

"Em períodos de recessão econômica, a massa de renda das famílias da classe A tende a mostrar pior desempenho", afirma o estudo. "Uma das justificativas é a maior concentração de empregadores no estrato mais alto, com renda atrelada à lucratividade de suas empresas, de modo que tendem a sentir de forma mais rápida e aguda o ciclo econômico que os trabalhadores com carteira, por exemplo."

Com rendimentos menos afetados pela crise, o contingente de funcionários públicos que faz parte da classe A atenuou o efeito negativo provocado pela perda de faturamento dos empresários. Mas não o suficiente para evitar o achatamento da camada mais rica.

A classe B também ficou menor. Com quase 1,2 milhão de famílias a menos, a soma dos rendimentos encolheu cerca de R\$ 19 bilhões, ou 2%, de 2014 para cá.

No mesmo período, 640 mil famílias deixaram a classe C. Com isso, a massa de renda desse estrato diminuiu R\$ 12,9 bilhões, ou 1,5%, segundo o estudo.

Base mais larga

Apenas a base da pirâmide cresceu na recessão. A chegada de pessoas que caíram das camadas de cima e o surgimento de novas famílias "engordou" a massa de renda das classes D e E em 7,9%, ou R\$ 45,7 bilhões.

Entre 2015 e 2016, quase 4,4 milhões de famílias ingressaram na faixa mais pobre da população, estima a Tendências. Bem mais do que as 3,3 milhões que haviam subido à "nova classe média" no intervalo de 2006 a 2012.

Fácil para ninguém

Afetada pela queda de muitas famílias para faixas de renda mais baixas, a classe A foi a que mais "empobreceu" nos últimos dois anos. A renda total das classes D e E cresceu porque elas incorporaram famílias que antes estavam nos grupos de cima.

Quem se segurou no topo está mais rico. E a base ficou mais pobre

Embora em seu conjunto a classe A esteja ganhando menos, principalmente por ter perdido muitos integrantes, a renda média de cada núcleo familiar que permaneceu no topo da pirâmide aumentou. Era de R\$ 527 mil por ano em 2014 e subiu para R\$ 602 mil no ano passado.

Parte dessa alta é consequência do enriquecimento dos que se seguraram no grupo dos mais ricos. Mas parte dela pode estar ligada a um efeito estatístico. Isso porque muitas das famílias que caíram para camadas menos abastadas provavelmente estavam entre as "menos ricas" da classe A, e puxavam a média para baixo. Com a saída delas, essa média naturalmente subiu.

Abismo

Em compensação, a renda média anual das famílias das classes D e E, que era de R\$ 15.795 em 2014, baixou a R\$ 15.226. O abismo que separa ricos e pobres, portanto, aumentou.

Antes, uma família da classe A ganhava, em média, o mesmo que 33 famílias das classes D e E. Em 2016, a renda média dos mais ricos correspondeu a 40 vezes a dos mais pobres.

Os benefícios de estimular o funcionário a se comportar como dono do negócio

02/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Se até pouco tempo as empresas concentravam a tomada de decisão entre os fundadores e sócios, está cada vez mais comum encontrar ambientes de trabalho que estimulam os funcionários a se comportarem como donos do negócio. É o chamado intraempreendedorismo, quando uma pessoa, mesmo que sem participação societária, tem postura proativa e busca propor soluções que ajudem no crescimento da empresa.

A professora da FAE Business School e coordenadora do Núcleo de Empregabilidade, Elaine Pacheco, afirma que a mudança de mentalidade das organizações, permitindo que funcionários participem mais ativamente da gestão, começou no fim da década de 1980 impulsionada pela competição global.

"O mercado está cada vez mais competitivo e volátil. As empresas precisam se diferenciar e encontrar mudanças rápidas para competir globalmente", diz Elaine. "As organizações só vão crescer e inovar se houver intraempreendedorismo, sentimento de dono e proatividade entre os funcionários", completa a professora.

Para incentivar o intraempreendedorismo, as empresas precisam adaptar a sua cultura organizacional. É preciso que o empresário crie um ambiente interno que estimule a cooperação e a troca de ideias. Será necessário, ainda, dar espaço para o teste de projetos e soluções e valorizar a cultura do aprendizado, sem refutar o erro.

"A organização não pode deixar o funcionário perder o ímpeto de propor mudanças ao começar a negar ou barrar muitas ideias", afirma Thiago Gaudencio, gerente da Michael Page em Curitiba. "A empresa deve estimular o erro e incentivar a busca por

soluções. Provocar a equipe e o funcionário a fazer diferente. Provocar que essas pessoas pesquisem o concorrente e estudem a área do negócio”, explica a professora da FAE, Elaine Pacheco.

A empresa também não precisa gastar muito dinheiro criando projetos ou ambientes para estímulo ao empreendedorismo interno. Mudanças simples como um espaço na intranet para proposição de ideias ou mudança na postura dos gestores, ficando mais abertos ao diálogo, já podem trazer um impacto positivo. O essencial, na visão dos especialistas, é eliminar a visão de que se pune quem erra por tentar fazer melhor e diferente.

O estímulo ao intraempreendedorismo também deve acontecer em todos os níveis hierárquicos, principalmente entre os funcionários que vivem o dia a dia do negócio, como o “chão de fábrica”. “A pessoa que está no dia a dia do negócio vai saber melhor do que o chefe quais são os problemas e demanda dos clientes”, afirma Thiago Gaudencio.

Mesmo pequenas mudanças propostas pelos funcionários podem resultar em ganhos financeiros ou de produtividade. Gaudencio exemplifica que, na área comercial, o vendedor pode sugerir ao seu supervisor uma abordagem diferente para conquistar o cliente. O supervisor permite que o funcionário teste a ideia e, se houver resultado positivo, implanta em todo o departamento.

Funcionários intraempreendedores crescem mais rápido

Independente se está trabalhando em uma empresa mais fechada ou aberta a novas ideias, funcionários que querem crescer profissionalmente devem desenvolver características empreendedores.

Proatividade, capacidade de execução, automotivação, resiliência e foco em solução e resultado estão entre as características de quem se comporta como “dono do negócio” e ajuda a empresa em que trabalha a crescer.

“O funcionário que quer ter comportamento intraempreendedor precisa entender quais são as responsabilidades e expectativas atribuídas a ele e pensar como ir além”, diz a coordenadora de carreiras da Fundação Estudar, Anamaíra Spaggiari. “Para quem conseguir, o crescimento profissional e pessoal será mais acelerado”, completa.

Coordenadora do Núcleo de Empregabilidade da FAE, Elaine Pacheco diz que as empresas já começaram a exigir o espírito intraempreendedor entre os candidatos. Proatividade é um dos requisitos mais citados, seguido de foco em solução.

O gerente da Michael Page em Curitiba, Thiago Gaudencio, afirma que antigamente as empresas estavam habituadas aos profissionais que transferiam a culpa de um resultado não atingido a fatores externos. Hoje, o foco está em encontrar funcionários que consigam identificar problemas e que tragam soluções.

Para quem se sente desconfortável em adotar uma postura mais proativa, uma maneira de começar a mudar de comportamento é ganhar confiança. Anamaíra explica que o funcionário pode começar a identificar problemas, propor soluções e criar novos projetos dentro da sua área de atuação e nível hierárquico. Depois que ganhar a confiança dos pares e se sentir mais seguro, pode começar a levar as ideias para níveis superiores.

Gestão horizontal facilita desenvolvimento de projetos

Desde pequenas a grandes empresas estão percebendo os benefícios de criar um ambiente mais propício à inovação e tentam estimular o intraempreendedorismo em seus funcionários. Um exemplo é a MadeiraMadeira, e-commerce curitibano de móveis e materiais de construção que projeta faturar seu primeiro bilhão em 2019.

A empresa trabalha como uma gestão modular em que todas as áreas da empresa têm desenvolvedores e profissionais de *business intelligence* para ajudar no desenvolvimento de projetos. Foi desse modelo que saíram os mais de 13 softwares internos que o negócio utiliza, desde gestão de frota a pós-venda.

A empresa também define objetivos individuais e coletivos que extrapolam a rotina diária do trabalho, tem uma gestão horizontal com poucos níveis hierárquicos e criou a rotina do aprendizado, mostrando que errar faz parte.

“O profissional não pode é terceirizar seu crescimento profissional somente para a gestão de pessoas da empresa. É preciso que empresa e funcionários se unam”, afirmou Robson Privado, sócio da MadeiraMadeira e presidente do Comitê de Empreendedorismo da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), durante evento em Curitiba.

Abilio Diniz: Brasil não vai acabar com desemprego rapidamente

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O empresário Abilio Diniz avalia que o ambiente no Brasil após o início do governo do presidente Michel Temer é de retomada da “esperança”. Ele considerou, porém, que o Brasil não pode ter ilusões sobre o curto prazo.

Citando especificamente o desemprego no País, ele afirmou que a meta de Temer não pode ser “tirar três ou quatro milhões de pessoas do desemprego” e sim “construir o Brasil do futuro”.

Durante evento promovido pelo Credit Suisse em São Paulo, o empresário elogiou Temer, afirmando que o presidente “está tendo a coragem” de fazer reformas que ele considerou necessárias para o País.

“Com o governo Temer, voltou a esperança e, com esperança, volta a confiança”, disse. “Os resultados são fracos ainda, mas volta a esperança. Só não pode voltar a ilusão”, concluiu. “Não podemos ter uma ilusão de que nossos problemas são simples, de que vamos tirar 12 milhões de desempregados diretamente”, acrescentou.

Questionado pela plateia sobre suas expectativas com relação às perspectivas para investimentos estrangeiros no Brasil, Abilio considerou que o governo Temer está “destravando projetos de infraestrutura” e considerou que estes investimentos são essenciais para que o País possa “deslanchar”.

IABr firma acordo com Cade em investigação de abuso de direito de petição

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Instituto Aço Brasil (IABr) firmou nesta quarta-feira, 1º de fevereiro, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um termo de compromisso para encerrar processo administrativo que apura prática de abuso do direito de petição com finalidade de prejudicar importadores concorrentes de vergalhões de aço – conduta internacionalmente conhecida como *sham litigation*.

Segundo nota divulgada nesta quarta pelo Cade, o Termo de Compromisso de Cessão (TCC) foi homologado nesta data e determina a desistência de ações judiciais e pagamento de contribuição pecuniária.

O caso teve início em 2011, a partir de representação formulada ao Cade pela Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Aço – Abrifa, que acusou o Instituto de ajuizar diversas ações para impedir a importação de vergalhões de aço por empresas estabelecidas no mercado brasileiro.

O IABr teria movido ações cautelares de produção antecipada de provas, com pedido de liminar, questionando a conformidade das mercadorias importadas com as normas técnicas brasileiras de segurança. Por causa dessas ações, as cargas de vergalhões de aço importado estariam sendo retidas nos portos até a realização de perícias, o que teria causado inúmeros custos aos importadores.

Pelo acordo celebrado com o Cade, o Instituto Aço Brasil se compromete a abdicar de todas as ações atualmente em curso sobre a matéria, protocolando pedido de desistência em 30 dias, a partir da assinatura do TCC.

Além disso, o TCC prevê que o IABr pague R\$ 271,3 mil de contribuição pecuniária. Esse valor será recolhido ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e poderá ser pago em quatro parcelas semestrais, com atualização pela Selic.

Por meio de nota, o conselheiro relator Paulo Burnier afirma que o caso demonstra a importância da política de TCCs do Cade para além dos processos tradicionais de cartel.

“Além do encurtamento do processo administrativo e do recolhimento de uma contribuição pecuniária ao FDD com base na multa esperada em caso de condenação, a solução permite que a prática sob investigação seja cessada, em particular neste caso com a desistência de todas as 28 ações judiciais em andamento, que é o mais importante em matéria de condutas unilaterais”, afirma.

Expectativa do governo para arrecadação com PRT continua em R\$ 10 bi, diz Rachid

02/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, falou nesta quarta-feira, 1º de fevereiro, sobre a regulamentação pelo órgão do Programa de Regularização Tributária (PRT) criado pela Medida Provisória 766, que permite o parcelamento de dívidas com a União, incluindo multas e juros.

“A expectativa do governo para arrecadação com o programa continua em R\$ 10 bilhões. Vamos continuar analisando conforme ocorram as adesões à regularização”, afirmou.

A partir desta quarta, por até 120 dias até 31 de maio, pessoas físicas e jurídicas poderão regularizar sua situação tributária perante o Fisco. “Se o débito estiver sendo questionado judicialmente, o contribuinte deverá desistir do recurso para requerer o parcelamento”, completou o secretário.

Ele lembrou que poderão ser incluídos no parcelamento os débitos vencidos até o dia 30 de novembro de 2016, inclusive aqueles oriundos de programas de parcelamentos anteriores – como o Refis. “Os débitos do Simples Nacional não entram no atual programa, porque já contam com um regime próprio de parcelamento”, acrescentou.

O programa oferece quatro modalidades de adesão. No primeiro, o devedor terá que pagar pelo menos 20% da dívida à vista e em espécie e liquidar o restante com créditos de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos de tributos administrados pela Receita Federal.

Outra opção é o pagamento em espécie de, no mínimo, 24% da dívida em 24 prestações mensais e liquidação do restante com créditos tributários. O saldo remanescente após a amortização com créditos poderá ser parcelado em até 70 prestações, quando houver. Os créditos a serem utilizados são os apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 30 de junho de 2016.

Para quem não vai utilizar créditos tributários, será permitido o pagamento à vista de 20% dos débitos e parcelamento do restante em até 96 parcelas. Há também como fazer o pagamento da dívida consolidada em até 120 prestações mensais.

De acordo com Rachid, a Receita deve consolidar todos os débitos em outubro para verificar se os pagamentos e compensações foram declarados de maneira correta, ajustando algum montante que falte ser cobrado.

Até lá, o contribuinte terá que calcular por conta própria o valor da entrada e das primeiras parcelas, efetuando os pagamentos. Essa consolidação também dependerá de eventuais mudanças na MP 766 que porventura ocorram durante a tramitação no Congresso Nacional.

“Podem ocorrer divergências entre o valor informado pelo contribuinte e o calculado pela Receita. Nesse caso, o Fisco irá notificar a diferença em até 30 dias. Caso essa diferença não seja paga, o contribuinte poderá ser excluído do parcelamento”, completou o subsecretário de arrecadação e atendimento da Receita, Carlos Roberto Ocaso.

“A Receita Federal também irá monitorar o pagamento das dívidas correntes para que os contribuintes possam se manter no PRT”, destacou.

Liquidez

Jorge Rachid negou que o Programa de Regularização Tributária (PRT) tenha sido desenhado pelo governo para ajudar as grandes empresas que têm tido prejuízos nos últimos e rebateu a hipótese de que o programa ajudaria pouco as menores companhias.

“O programa está alinhado a proposta de regularização, para que pessoas físicas e empresas, independentemente do porte, possam ficar de maneira regular perante o Fisco. Estamos dando liquidez ao crédito tributário das empresas para a compensação de débitos, inclusive para as pequenas”, respondeu.

Questionado sobre a dificuldade para que as firmas consigam usar créditos tributários – em boa parte negados pela Receita – Rachid disse que o Fisco seguirá o procedimento normal de apuração desses processos, para evitar o uso de créditos indevidos. “Em geral, a glosa (desconsideração) de créditos pleiteados vai de 25% a 30%”, afirmou.

De acordo com o secretário, um dos segmentos da economia que serão mais beneficiados pela compensação de créditos tributários no parcelamento é o setor exportador. “Mas a medida vale de maneira igual para todos os setores”, ressaltou.

Carlos Roberto Ocaso também negou que haja “repesamento” de créditos tributários. “O estoque de créditos é dinâmico”, afirmou.

Abatimento

Rachid reforçou que o PRT não inclui a previsão de abatimento de multas e juros relacionados aos débitos dos contribuintes. Ele evitou falar na possibilidade de alteração na Medida Provisória 766 que criou o PRT.

“A medida foi para Congresso, como manda a Constituição. No Parlamento, vamos apresentar também nossas alegações sobre o programa”, afirmou. “Precisamos aguardar eventual alteração para comentar. Tenho que trabalhar com a legislação atual, que é essa (da MP 766)”, completou.

Rachid argumentou que o PRT é momento para que os contribuintes liquidem suas dívidas e lembrou que o Fisco permitiu a utilização créditos tributários inclusive para pagamentos de dívidas com a Previdência Social.

"O programa tem larga margem de oportunidades para devedores se regularizarem, sempre respeitando quem paga seus tributos em dia", afirmou. "Sempre nos preocupamos com a imensa maioria dos contribuintes que cumprem com suas obrigações. Não podemos, inclusive, criar uma forma concorrência desleal", avaliou.

O secretário lembrou ainda que os débitos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ainda dependem da regulamentação do PRT pelo órgão, o que deve ocorrer até o fim desta semana. A regulamentação da Receita publicada nesta quarta vale apenas para as dívidas com o Fisco.

Recuperação da economia ganha novo fôlego, mas é vista com cautela

02/02/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Carros em pátio de montadora em SP

A economia brasileira dá sinais de ter retomado uma rota de recuperação lenta, ainda sujeita a revezes.

A produção da indústria cresceu 2,3% em dezembro em comparação com o mês imediatamente anterior.

O dado indicou melhora expressiva em relação ao resultado anêmico e abaixo da expectativa de analistas em novembro —alta de 0,4%.

No ano passado como um todo, a produção recuou 6,6%, depois de uma queda de 8,3% em 2015. A retomada da indústria no fim de 2016 foi impulsionada principalmente pelo setor automotivo.

Segundo Felipe Salles, economista do Itaú Unibanco, o movimento é alimentado principalmente pelo fim da "desova de estoques" por parte das empresas.

"Essa tendência será a principal responsável pelo crescimento da economia em 2017", afirma o economista.

O banco espera expansão de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. O mercado, em média, é mais pessimista e conta com expansão de 0,5%, após dois anos seguidos de recessão.

Segundo Marcelo Carvalho, economista-chefe do BNP Paribas para a América Latina, a melhora da confiança de empresários e consumidores é outro sinal de que a retomada está começando.

"Se ainda não tivermos atingido o fundo do poço, estamos bem próximos."

Os indicadores que medem a expectativa de dias melhores na economia chegaram a esboçar uma recuperação em meados de 2016, mas depois voltaram a recuar. O mesmo movimento ocorreu com dados da atividade da indústria.

O retrocesso levou analistas a revisar suas projeções para baixo. Agora, segundo os especialistas, a recuperação volta a parecer crível. Mas a frustração recente faz com que os economistas mantenham um tom de cautela.

CONSUMO E CONFIANÇA

Essa posição é também motivada por dados ainda decepcionantes, principalmente de consumo, e pelo fato de que os dados de confiança, embora melhores, permanecem em nível histórico baixo.

As vendas de automóveis somaram, por exemplo, 147,2 mil unidades em janeiro, uma queda de 5,2% em relação ao mesmo período de 2016.

O cálculo considera carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões. É o pior resultado para o primeiro mês do ano desde 2006, indicativo de que a esperada retomada do setor será lenta.

"Os dados, principalmente os de consumo, continuam vindo fracos", diz Ariana Zerbinatti, economista do Bradesco, que espera expansão de 0,3% do PIB neste ano.

Embora ainda não esboce recuperação, o desempenho do consumo poderá melhorar na esteira da queda da inflação e do ritmo mais rápido de corte de juros.

"A demanda anêmica e os juros astronômicos criam a possibilidade de um ciclo virtuoso no Brasil", diz Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon Brasil. Segundo ele, a combinação desses fatores tem levado à queda mais acelerada da inflação, que permitirá novos cortes de juros.

Para o superintendente do departamento econômico do Citi Brasil, Marcelo Kfoury, o momento atual é até mais positivo do que a recuperação frustrada em meados de 2016:

"Os juros mais baixos vão ajudar na troca de crédito caro por barato pelas famílias e vão servir para as empresas limparem seus balanços.

Mas, segundo ele, esse processo será lento e deverá se estender até o fim de 2017.

Opinião: Licitações e empresas em crise

02/02/2017 – Fonte: GS Notícias

O biênio, compreendido pelos anos de 2015 e 2016, certamente será reconhecido pela história como o responsável pela pá de cal sobre o vertiginoso crescimento experimentado no país desde o início dos anos 2000. O cenário de desaceleração da economia, aliado às investigações que colocaram as principais empreiteiras como réis em ações penais, formaram o pano de fundo de um catastrófico cenário de estagnação no mercado público da Infraestrutura.

Se, por um lado, a desaceleração econômica diminuiu a oferta de obras públicas, por outro, quando estas existiam, poucos proponentes reuniam condições de participar, seja por critérios técnicos (atestações), seja por condições financeiras de honrar a proposta (mesmo que de modo formal).

Uma destas condições dizia respeito diretamente ao instituto da recuperação judicial. Isso porque, após a alteração da legislação relativa ao direito falimentar, que inseriu a figura da recuperação judicial no ordenamento jurídico, passou-se a interpretar o inciso II, do artigo 31, da Lei de Licitações, como proibitivo da participação de empresas em recuperação.

Entre outros motivos, argumentava-se que o instituto substituiu a antiga concordata, o que comprovaria a ausência de qualificação econômico-financeira para participação em certames licitatórios.

A Súmula 50 do Tribunal de Contas de SP veda a administração pública de impedir a participação de empresas em recuperação de licitações. Muito embora houvesse, desde a alteração legislativa, discussões sobre a aplicação da proibição de licitar para empresas em recuperação judicial (afinal, o instituto possuía características próprias que o distinguia da antiga concordata), a grande verdade é que os órgãos licitantes, sobretudo no Estado de São Paulo, vedavam a participação de empresas nesta situação.

Esta premissa, no atual cenário, mostrou-se catastrófica para empresas em situação financeira delicada e que dependiam da contratação pública para movimentar suas finanças. Afinal, por mais que detivessem atestação e condições suficientes para executar o objeto, viam-se alijadas da competição por expressa vedação dos instrumentos convocatórios.

A solução para muitas destas empresas vinha sendo a tentativa, um tanto quanto insegura, de participação nos certames através da obtenção de medidas liminares. Esta vedação, contudo, parece estar com seus dias contados.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo publicou, em 15 de dezembro de 2016, revisão de seu repertório de súmulas, adicionando 20 entendimentos que almejam, além de dar uniformidade aos certames no Estado, evitar com que empresas sejam injustamente alijadas da competição, ou por ilegalidades, ou por entendimentos já ultrapassados.

Neste ínterim é que se revela a Súmula nº 50, que veda a administração pública de impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial em procedimentos licitatórios. O ente administrativo pode, apenas, durante a fase de habilitação, exigir o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

O entendimento sumulado cumpre, portanto, dupla função: adapta o repertório sumular aos mais recentes entendimentos jurisprudenciais do país, incluindo precedente do Superior Tribunal de Justiça, e auxilia na retomada das atividades empresariais, ao passo que possibilita que a empresa em recuperação judicial participe da licitação, dando concreção ao sentido normativo almejado pela edição da lei que criou a recuperação judicial.

Este instituto, como brevemente exposto, não se presta a pura e simplesmente, substituir a antiga concordata, a qual limitava-se à remissão de dívidas e dilação de prazos para pagamento dos credores.

O instituto se presta, isso sim, a traçar novas diretrizes, viabilizando a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora do emprego dos trabalhadores e do interesse dos credores, nos termos do artigo 47 da Lei Falimentar.

Dessa forma, em que pese a inclusão de 20 súmulas novas em seu repertório, certamente aquela que veda proibições de participação de empresas em recuperação judicial assume especial importância no cenário atual de crise.

Embora já houvesse uma tendência jurisprudencial, o esforço do Tribunal de Contas do Estado em sumular a questão demonstra-se como salutar tentativa de uniformizar os certames do Estado de São Paulo, destravando o setor e permitindo, além de maiores chances de recuperação à empresa, uma aceleração na oferta de obras públicas, tão escassas em épocas de crise como a que passamos. (Leonardo Toledo da Silva e Vinícius Diniz Moreira são, respectivamente, sócio e associado, integrantes da área de Infraestrutura e projetos, de Porto Lauand Advogados).

Taxa embutida nos papéis negociados no mercado é ainda menor

02/02/2017 – Fonte: GS Notícias

A aposta na queda da inflação vem ganhando força também entre os investidores do mercado financeiro nas últimas semanas e já mostra um otimismo ligeiramente maior do que a pesquisa Focus expressa. Estimativas de profissionais de tesourarias de bancos e de mesas de gestão têm migrado suas expectativas para perto de 4% - muitas vezes num movimento que não é acompanhado pelas projeções oficiais dos departamentos econômicos dessas instituições.

Isso explica o fato de a mediana das projeções para o IPCA este ano estar em 4,70%, segundo a última edição da pesquisa. Recentemente, a mesa de operações do Santander Brasil enviou nota a clientes prevendo IPCA de 3,9% neste ano, enquanto a projeção oficial do banco hoje está em 4,5%.

Uma grande administradora de recursos com operações em São Paulo já considera que o IPCA acumulado em 12 meses estará em 4% nos próximos meses - embora essa instituição também mantenha a estimativa de 4,5% para o ano. "O mercado olha para o curto prazo, enquanto os economistas analisam tendências de horizonte mais longo", explica Christiano Clemente, da Verus Gestão de Patrimônio.

De todo modo, para ele, por envolver alocação de recursos, a visão do mercado deve ser considerada. Essa leitura mais benigna sobre a inflação influencia as mesas de operação em suas decisões de investimento. E impulsiona, por exemplo, os negócios no mercado de títulos públicos.

A chamada inflação implícita das NTN-B, papéis com rentabilidade corrigida pelo IPCA, já oscilam perto de 4% nos prazos mais curtos, abaixo da meta de 4,5%, portanto. Olhando para o horizonte entre 2017 e 2019, a taxa de inflação implícita praticada pelo mercado está em 4,18% ao ano.

Essa taxa refere-se ao FRA, cálculo do mercado financeiro para estabelecer a projeção de uma taxa para um período futuro específico. Quando se olha para um horizonte mais curto, entre 2017 e 2018, a inflação embutida é ainda mais baixa: 4,09%.

Considerando que há um prêmio de risco de cerca de 0,30 ponto embutido nas implícitas, devido a chances de reveses nos cenários traçados, o que as NTN-B indicam é que operadores já negociam contratos vislumbrando IPCA de 4% ou mesmo abaixo.

Alguns operadores até admitem que as taxas podem estar excessivamente baixas, especialmente quando se considera a perspectiva de corte de juros do mercado. A maior parte dos analistas vê a Selic em um dígito no fim deste ano e já há instituições trabalhando com uma taxa de 8%, caso do BNP Paribas.

"O mercado montou muitas posições baseado na visão de que a atividade está muito ruim. Mas o BC vai cortar os juros e testar em que nível a atividade começa a reagir", explica o profissional de um grande banco paulista. "Por isso, acho exagerado pensar que a inflação ficará perto de 4%."

Outro ponto que inspira mais cautela quando se pensa nas perspectivas para a inflação são os preços dos alimentos. O profissional de um banco nacional calcula que, mantido o atual nível de chuvas ao longo dos próximos meses, os preços dos alimentos podem adicionar até 0,15 ponto percentual ao IPCA cheio do ano.

"Não acho que estraga a festa, mas pode dar uma contida no entusiasmo", diz. "Tudo indica que a safra [de alimentos] vai ser muito boa no Brasil neste ano, então mesmo do lado dos alimentos acho que teremos uma surpresa positiva para a inflação", afirma um profissional da área de gestão.

A expectativa de que a inflação caia mais ainda está no centro das recomendações favoráveis a estratégias que envolvem juro nominal, em detrimento do juro real. Essa é a visão, por exemplo, do diretor do Credit Suisse Hedging-Griffo-Gauss, Fábio Okumura.

Para ele, embora "muito" do movimento nos juros nominais já tenha ocorrido, ainda há espaço para mais alívio. O sócio-gestor da Canvas Capital Eduardo Bodra diz que o ambiente econômico brasileiro hoje é "muito mais propício" a juros estruturalmente mais baixos.

Um ponto negativo, porém, é ausência do grau de investimento aos papéis soberanos do país, o que tira potência de novas estratégias na renda fixa. "Isso atrapalha o técnico do mercado", diz.

Brasil atraiu mais investimento externo direto que a Índia em 2016, diz Unctad

02/02/2017 – Fonte: GS Notícias

Apesar da recessão, o Brasil foi o sexto maior destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em 2016, enquanto a Índia foi o décimo, mesmo sendo um emergente que cresce mais que a China com taxa média de 7% ao ano. Em 2015, o Brasil tinha sido o oitavo a atrair mais IED, e a Índia, o sétimo.

Os dados são da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). O Brasil registrou US\$ 50 bilhões de IED em 2016, forte queda na comparação com US\$ 65 bilhões no ano anterior. De acordo com os dados do Banco Central brasileiro, o fluxo de investimentos diretos (IDP) fechou 2016 em US\$ 78,9 bilhões, ante US\$ 75 bilhões em 2015.

A agência da ONU usa metodologia diferente, levando em conta o "princípio direcional", o fluxo de investimento direto e posições reportadas por um país. Alguns BCs preferem o princípio de ativo/passivo (inclui investimentos feitos por uma matriz em suas subsidiárias estrangeiras, porque esses investimentos são considerados ativos em país estrangeiro).

Em Davos, o presidente do Itaú, Roberto Setubal, havia declarado que o volume de fusões e aquisições no Brasil é significativo também este ano, em razão do preço baixo de ativos de importantes companhias brasileiras que atraem o estrangeiro.

A Índia atraiu US\$ 59 bilhões de IED em 2015 e caiu para US\$ 42 bilhões em 2016. A China continua a ser o terceiro país que mais atrai IED, com US\$ 139 bilhões em 2016.

Os EUA estão em primeiro lugar, com US\$ 385 bilhões. Apesar do Brexit, que assustou o mundo dos negócios, o fluxo para o Reino Unido aumentou quase seis vezes e alcançou US\$ 179 bilhões, o segundo maior volume globalmente.

A expectativa é que o Brexit tenha efeito a partir de agora nas decisões das empresas. Como previsto, globalmente o fluxo de IED caiu 13% para totalizar US\$ 1,52 trilhão em 2016, em meio a crescimento medíocre e comércio internacional anêmico.

Os países em desenvolvimento, afetados adicionalmente pela queda no preço de matérias-primas, tiveram contração de 20% no fluxo de IED, para US\$ 600 bilhões. Para 2017, a Unctad nota que os fundamentos econômicos apontam para um potencial aumento de 10% no fluxo de IED.

A entidade espera que a atividade econômica nos países desenvolvidos e entre emergentes exportadores de commodities estimulem os investimentos. Mas a ressalva é sobre incertezas políticas, que podem afetar o fluxo de IED no curto prazo.

Motos começam mal o ano de 2017

02/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A venda de motos em janeiro somou 67,6 mil unidades, registrando queda de 19,2% ante dezembro de 2016 e de quase 30% em relação a janeiro do ano passado.

Com isso, 2017 começa com média diária de emplacamentos pouco mais de 3 mil unidades e volume semelhante à média mensal de 2003. Os números foram divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações de concessionários.

O segundo semestre de 2016 foi sofrível, exibindo médias diárias próximas ou inferiores a 3,5 mil unidades e este parece tornar-se um novo patamar para o segmento.

A Honda manteve a liderança neste início de ano com 53,2 mil unidades lacradas e 78,7% de participação, seguida pela Yamaha, com 8,3 mil motos e 12,3% do mercado total. A Shineray, terceira colocada, teve pouco menos de 1,5 mil emplacamentos e detém 2,2% do mercado total.

Chamam a atenção neste começo de 2017 a briga acirrada entre Suzuki e Dafra, separadas por oito unidades. A marca japonesa teve 692 motos emplacadas em janeiro e a brasileira, 684. No segmento premium o destaque é para a Harley-Davidson, que começou o ano com 407 motos e largou na frente da BMW, que emplacou 362 unidades.

E o Honda PCX 150 continua cativando os consumidores neste ano que se inicia. Foi o sexto modelo Honda mais vendido e permanece como líder do segmento de scooters. Em segundo lugar aparece o Yamaha NMax 160, com 700 emplacamentos.

Brasil é vanguardista em tecnologia automotiva

02/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A **KPMG** apresentou um recorte dos dados nacionais do **Gaes 2017**, pesquisa global com mil executivos de alto escalão da indústria automotiva divulgada no último dia 24. Os números do levantamento comprovam que, ainda que o Brasil não seja um grande polo de desenvolvimento do ponto de vista global, o mercado nacional é vanguardista quando o assunto é tecnologia.

Os profissionais entrevistados localmente demonstraram expectativa acima da média acerca do avanço da conectividade e da autonomia nos carros.

Mais de 97% dos executivos concordaram parcial ou totalmente que, no até 2025, os produtos e serviços agregados serão critérios importantes no momento em que o consumidor vai comprar um veículo, aspectos que vão gerar valor.

“Esse número salta aos olhos na comparação com o resultado global, que foi de 76%”, aponta Ricardo Bacellar, diretor da divisão automotiva da KPMG no Brasil.

Outra conclusão do Gaes 2017 é que o automóvel conectado vai sustentar o modelo de negócio da indústria nos próximos anos. Dos entrevistados no Brasil, 75% concordaram que os modelos com a tecnologia têm potencial para gerar 10 vezes mais receitas do que os carros analógicos.

Ainda que os líderes do setor automotivo tenham indicadores do novo horizonte para a indústria, Bacellar enfatiza que o caminho para esta evolução é nebuloso. “Os executivos da indústria percebem tendências, mas ainda não sabem ao certo como esta evolução vai acontecer”, diz.

Mesmo sem rumos claros, a transformação tende a ser rápida, aponta. “Toda disrupção é exponencial, vem de uma hora para a outra.” Neste processo, ele projeta que as empresas do setor automotivo passem por uma série de fusões e aquisições, como já aconteceu em outros setores que enfrentaram momentos semelhantes.

“É curioso que as montadoras falem tão pouco sobre isso. Entre os líderes, apenas Sergio Marchionne, CEO da FCA, não tem medo de tocar no assunto”, lembra.

Bacellar admite que o processo de transformar o modelo de negócio é desafiador, mas entende que este é o único caminho possível para o setor automotivo.

“Mudar uma indústria que teve sucesso por mais de 100 anos é difícil, mas o setor não pode ficar parado e repetir o que aconteceu no segmento de telecomunicações”, diz, lembrando das empresas que ficaram inertes enquanto uma série de aplicativos de comunicação, como WhatsApp e Facebook, conquistaram espaço entre os consumidores.

Randon e Truckvan firmam acordo para atender São Paulo

02/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A Randon firmou um acordo de distribuição e representação de sua divisão de implementos em São Paulo com a Truckvan, fabricante de implementos e unidades móveis customizadas e que possui sede em Guarulhos (SP).

O novo grupo econômico vai atender a região metropolitana da capital paulista, que até agora era atendida diretamente pela fábrica da Randon, em Caxias do Sul (RS). Para isto, terá um local específico instalado no bairro Parque Novo Mundo, que está sendo preparado para começar sua operação em abril.

“É uma volta à casa”, disse Alcides Braga, presidente sócio da Truckvan que começou sua carreira na própria Randon, juntamente com seu sócio Flávio Santilli.

Com mais esta parceria, a rede de distribuição da Randon passa a contar com 26 grupos econômicos que cobrem todas as regiões no Brasil. O acordo foi firmado

durante o encontro anual da Randon com representantes da rede de distribuidores, realizado entre os dias 23 e 24 de janeiro em Caxias do Sul.

“Queremos crescer juntos, com qualidade e presença regional para garantir nossa liderança”, afirma o presidente das Empresas Randon, David Abramo Randon.

Mercedes-Benz exportou 12,9 mil veículos comerciais em 2016

02/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A Mercedes do Brasil exportou 12,9 mil veículos comerciais em 2016 na soma de caminhões e ônibus. Desse total, 2 mil eram Accelo, o campeão dos embarques no ano passado. O modelo tem capacidade entre 8,3 e 13 toneladas de Peso Bruto Total (PBT).

“A Argentina foi a maior compradora, com 1.758 unidades. Peru e Chile também foram destinos importantes”, afirma o presidente da Mercedes do Brasil e CEO para a América Latina, Philipp Schiemer. Arábia Saudita, Jordânia, Emirados Árabes e Egito foram outros destinos do caminhão.

“Um produto desenvolvido por nosso time do Brasil está ganhando outros mercados como solução global da Daimler Trucks”, recorda Schiemer. O modelo recebe o motor OM 924 LA, de 156 cv, o mesmo utilizado em caminhões Atego de 17 toneladas.

Como outros modelos Mercedes, o Accelo pode receber customizações de acordo com as características de cada país e necessidades dos clientes. Como exemplo, a empresa enviou para os Emirados Árabes Unidos uma versão com escape vertical, proteção dianteira e pneus para altas temperaturas. A montadora também pode vender os caminhões já com o implemento se for preciso.

Schunk PGN-plus Elétrica define novos padrões de qualidade na manipulação mecatrônica

02/02/2017 – Fonte: CIMM

As garras de referência, agora, com maior qualidade.

A Schunk Intec-Br., subsidiária brasileira da empresa familiar alemã SCHUNK GmbH & Co. KG, líder competente em sistemas de garras e tecnologia de fixação, com a nova PGN-plus tem aumentado os padrões de qualidade das garras de acionamento pneumático.

Ao mesmo tempo tem implementado as características de alta performance de sua principal garra pneumática na nova Schunk PGN-plus Elétrica, para assim definir novos padrões de qualidade na manipulação mecatrônica.

Os testes, com o tempo, tornaram a tecnologia ainda melhor, este lema também serviu de base para o desenvolvimento da próxima geração das garras mais vendidas da Schunk .

Há três características principais na nova Schunk PGN-plus. Primeiro, guia multiestriada aprimorada: o aumento das dimensões da guia entre os seis rolamentos de carga da guia multiestriada patenteada da Schunk permitem maiores momentos e, portanto, o uso de dedos maiores.

Em seguida, os bolsões de constante lubrificação ao longo do contorno da guia multiestriada garantem que a lubrificação seja contínua e que a garra se torne livre de manutenção sob condições normais, ou seja, aplicações em ambiente limpo.

E por último, o pistão de atuação da nova Schunk PGN-plus tem maior área de superfície, que aumenta a força da garra e possibilita a manipulação de peças mais pesadas.

Inicialmente, a nova referência em garras estará disponível dos tamanhos 50 ao 125. A expansão para todos os tamanhos existentes da PGN-plus está sendo desenvolvida.

Escolha livre: Acionamento pneumático ou elétrico

A Schunk PGN-plus-Elétrica traz as características de qualidade da versão pneumática para o mundo mecatrônico. Assim, como na versão pneumática, foram modificadas as guias multiestriadas para a absorção de altos momentos, bolsões de lubrificação constante ao longo do contorno da guia multiestriada e um sistema de cunha com maior área de contato em todas as posições do pistão.

A versão mecatrônica da PGN-plus é atuada por um motor de corrente contínua sem escovas. Nela, a troca da versão pneumática para a elétrica, é extremamente fácil: as garras possuem as mesmas furações, a garra de 24V também é controlada por sinais digitais I/O. Além disso, uma conexão padrão M8 adicional, transmite o monitoramento de até duas posições da garra.

Os controladores e componentes eletrônicos exigidos estão praticamente todos integrados ao compacto módulo, então não há a necessidade de espaço extra na cabine de controle. A força da garra SCHUNK PGN-plus-Elétrica é regulável em 4 estágios. A garra, inicialmente, será disponibilizada no tamanho 80. Outros tamanhos estão em desenvolvimento.

Revista Pesquisa Fapesp destaca parceria entre IPT e CSN em projeto de aços elétricos

02/02/2017 – Fonte: CIMM

A demanda mundial pela maior eficiência no consumo de energia elétrica impulsiona a evolução dos aços usados na fabricação de motores de geladeiras, aparelhos de ar-condicionado, geradores e transformadores. Chamados de aços elétricos e compostos basicamente de ferro e silício, eles são produzidos desde o início do século XX e têm como característica a facilidade de serem magnetizados e transformar a energia elétrica em energia mecânica.

Uma reportagem publicada na edição de janeiro da Revista Pesquisa Fapesp mostra que, no início da década de 1990, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) iniciava a produção de aços elétricos de grão não-orientado (GNO).

O produto era usado para abastecer fabricantes de motores de equipamentos elétricos de menor eficiência e de eletrodomésticos como liquidificadores, fornos de micro-ondas e autopeças. O desafio seguinte da companhia era desenvolver uma segunda família de aços elétricos para entrar nos mercados de motores que demandam maior rendimento energético.

Naquele momento a companhia trabalhava com pesquisas relacionadas à adição, ao aço elétrico, de elementos químicos como silício, fósforo e alumínio para obter uma melhoria das propriedades magnéticas. A aproximação entre o IPT e a CSN ocorreu em 1994, quando pesquisadores do Instituto tentaram agrupar siderúrgicas, estamparias, fabricantes de motores em um consórcio tecnológico.

O grupo não se concretizou, mas a CSN se interessou pelas pesquisas e iniciou um intercâmbio. A parceria foi viabilizada com um projeto do programa Pite lançado pela Fapesp em 1994, para financiar projetos desenvolvidos em conjunto por instituições de pesquisas e empresas.

Os trabalhos conjuntos do IPT com a CSN consumiram quase quatro anos. Desde então, a empresa produziu mais de 500 mil toneladas de aços elétricos, abastecendo principalmente o mercado interno. Os ajustes no processo produtivo capacitaram a CSN a produzir um aço com perdas elétricas 30% inferiores em relação à linha de produtos até então disponíveis no catálogo da empresa.

“Calcula-se que 50% da energia elétrica produzida por ano no mundo é consumida por motores. Por volta de 3% dessa energia é dissipada como perdas magnéticas. São números que podem ser reduzidos com o desenvolvimento de aços elétricos mais eficientes”, afirma o diretor-presidente do IPT, Fernando Landgraf, que participou do projeto na época como pesquisador.

BNDES muda classificação de micro e pequenas empresas

02/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

Nesta semana, o BNDES mudou a forma como são classificadas as micro e pequenas empresas. Essa é a principal alteração que a instituição fará dentro de uma séria de mudanças em suas políticas operacionais.

Até então, para o banco, a pequena empresa era aquela que faturava até R\$ 16 milhões por ano. Porém, o objetivo agora é **utilizar os mesmos critérios do Simples Nacional**, que podem facilitar a obtenção de crédito por parte das companhias menores.

Agora, o BNDES classifica como microempresas aquelas que faturam até R\$ 360 mil anualmente. Já as pequenas companhias são aquelas que têm um faturamento de até R\$ 3,6 milhões ao ano.

Demais medidas

O BNDES ainda tomou outras medidas com o mesmo intuito de tornar a instituição mais acessível para a MPE. São elas:

- Simplificação de portfólio de produtos e programas, para facilitar o financiamento para micro e pequenas companhias,
- Redução de 30 para dois dias do prazo de análise e concessão de crédito, e
- Ampliação de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões no limite do Cartão BNDES, usado para financiar máquinas e equipamentos.

De acordo com o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a expectativa é de que as alterações funcionem. ***“O Sebrae espera que essas iniciativas gerem um efeito positivo nas instituições que operam com recursos oriundos do BNDES, tornando-os mais acessíveis aos pequenos negócios”***, afirma.

As instituições financeiras têm um prazo de 90 dias para se adaptarem.

Novos projetos visam também contratar MEI sem CLT

02/02/2017 – Fonte: Portal Contábil



Salões de beleza levaram cinco anos para alcançar a aprovação da proposta no Congresso

Novos projetos deverão ser apresentados este ano no Congresso Nacional, baseados na Lei do Salão Parceiro, que entrou em vigor no dia 26 passado, para serem autorizados a contratar de mão de obra especializada como microempreendedor individual (MEI) sem seguir as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As demandas de entidades de categorias profissionais interessados em adotar o mesmo modelo de contratação estão chegando ao gabinete do deputado federal Ricardo Izar (PP-SP). Ele é autor do projeto do Salão Parceiro, que virou a lei sancionada pelo presidente Michel Temer na mesma cerimônia em que assinou a mais recente atualização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Izar está avaliando a formatação de novas propostas.

“Esse é um exemplo que será seguido, muito em breve, por personal-trainers, fisioterapeutas, corretores de imóveis e até médicos”, afirmou o parlamentar em entrevista ao Portal da Lei Geral.

Na avaliação do deputado, o sucesso das entidades representantes dos empresários e trabalhadores desses segmentos em relação às propostas a serem apresentadas dependerá da mobilização de cada uma para monitorar e acelerar a tramitação das matérias no parlamento.

“Foram quase cinco anos de tramitação, que foi concretizada graças ao esforço do segmento dos salões de beleza”, explicou Izar.

No caso da Lei do Salão Parceiro, a legislação que passou a vigorar assegura a contratação, como MEI, de profissionais do segmento, a exemplo de barbeiros, cabeleireiros, esteticistas, manicures, depiladores e maquiadores, entre outros. Eles firmam contratos e passam a ser denominados de profissional-parceiro.

Pelo cálculo do autor do projeto do Salão Parceiro, pelo menos 500 mil profissionais que atuam na área de beleza, que trabalham sem nenhuma garantia, entrarão na formalidade. “Vai ser um grande ganho para a categoria”, observou o congressista. “Os salões vão ser menos tributados sobre a parte que lhe cabe, e não sobre a que vai para o profissional”, avaliou.

Com isso, os empregados pagarão um tributo menor do que o cobrado como assalariados, enquanto que os estabelecimentos podem fazer contratos sem a caracterização de relação de trabalho ou assinatura da Carteira de Trabalho.

Para entrar em vigor, o contrato de parceria entre empregadores e profissionais da beleza precisa ser homologado pelo sindicato da categoria ou pelo Ministério do Trabalho.

Na opinião do deputado Izar, não deve prosperar no Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), entidade que afirma representar também os trabalhadores do setor de beleza.

“Estão rasgando a CLT, o artigo 8º da Constituição, para pejetizar [transformar em Pessoa Jurídica] tudo”, afirma Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente da Contratuh. “Se abrir para os salões, vai abrir a possibilidade de abrir para o metalúrgico, jornalista, enfermeiros, garçons. Se isso pegar, não precisa nem de reforma trabalhista, jogamos a CLT fora”, sublinha.

Antes disso, durante uma audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado, proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), microempreendedores individuais que atuam em salões de beleza haviam se manifestaram favoráveis à implementação do Salão Parceiro, contrariando a posição da Contratuh.

Para o deputado, essa confederação tem perfil partidário. É vinculada à Central Única do Trabalhador (CUT), entidade ligada ao PT e contrária ao governo Temer. Além disso, afirma que representa os trabalhadores do turismo e não do setor de beleza.

Reforma trabalhista

Com a mudança nas regras das relações de profissionais e profissionais de salão de beleza, outras propostas deverão ser apresentadas como uma forma de diminuir os efeitos da crise econômica do país, que já gerou 12 milhões de desempregados.

Uma das categorias que se manifestou publicamente a favor da ampliação da lei foi a dos corretores de imóveis, que querem benefício semelhante ao da Lei do Salão-Parceiro. Para isso, a classe já negocia com o Sindicato das Empresas de Compras, Venda, locação e Administração de Imóveis Residências e Comerciais.

“É o começo da reforma trabalhista”, comemorou o deputado Jorginho Melo (PR-SC), presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, durante a sanção da revisão da Lei Geral no Palácio do Planalto.

Na ocasião, a relatora da Lei do Salão Parceiro, Soraya Santos (PMDB-RJ), concordou com Mello, ressaltando que a aprovação da lei é o primeiro passo para as mudanças nas relações de trabalho no País.

Empresários criticam abrangência de programa de regularização tributária

02/02/2017 – Fonte: Portal Contábil



Novo refinanciamento de dívidas foi regulamentado ontem pela Receita Federal, mas poderá passar por alterações depois de tramitar no Congresso; para entidades, projeto ajuda só grandes

Empresários questionam a abrangência do Programa de Regularização Tributária (PRT) regulamentado ontem pela Receita Federal do Brasil (RFB) e prometem continuar pleitos para incluir mais empresas no processo.

Instituído pela Medida Provisória (MP) 766, o PRT começará a ser analisado hoje por uma comissão mista de deputados e senadores para depois seguir votação nos plenários da Câmara e do Senado.

É somente após este processo que a MP virará lei, podendo, portanto, sofrer alterações até lá. Todas as mudanças que ocorrerem serão incorporadas pela instrução normativa 1687 de 2017 da Receita que regulamenta a MP 766. Apesar disso, o PRT já está valendo e as empresas têm até o dia 31 de maio para aderirem ao programa.

O assessor jurídico da FecomercioSP, Alberto Borges, informa que a entidade enviará um ofício ao Congresso sugerindo que o PRT conceda reduções das multas e juros de dívidas tributárias, bem como dê anistia integral para débitos de até R\$ 20 mil.

“O fisco já chegou à conclusão [em 2012] de que não vale à pena movimentar toda a máquina pública para cobrar dívidas pequenas. Geralmente, esses débitos têm origem nos pequenos negócios os quais, muitas vezes, não têm condições de pagar”, comenta o assessor da entidade.

Já o diretor-executivo da Confirp Contabilidade, Richard Domingos, avalia que a decisão do governo de não conceder remissão (anistia) de multas e juros no PRT foi acertada. Ele afirma que processos de refinanciamento de dívida como o Programa de Recuperação Fiscal (mais conhecido como Refis), por incluir perdão de multa e juros, estimulam o “mau pagador”.

“Qual o incentivo que estamos dando ao empresário que paga os seus tributos em dia, se o seu concorrente ‘mau pagador’ vai poder ter o seu débito perdoado lá na frente?”, critica.

Borges, da FecomercioSP, diz que, de fato, a prática de concessão de perdão a multas e juros provoca injustiças. Porém, ele comenta que, diante do alto endividamento das empresas neste momento, a anistia é importante para que as companhias equilibrem as suas finanças e possam tomar crédito junto a instituições financeiras. “Além disso, o Brasil tem uma carga tributária de 33% sobre o lucro do empresário”, complementa Borges.

Só grandes

A sócia do De Vivo, Whitaker e Castro Advogados, Vanessa Cardoso, reforça que o PRT é mais atrativo para as empresas do lucro real, ou seja, para as grandes companhias. Isso porque o programa as autoriza a abater prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do débito tributário.

Vanessa explica que só as empresas do lucro real possuem esses dois tipos de crédito, pois quem está no lucro presumido (geralmente as médias empresas), por exemplo, apura imposto projetando um lucro com base no faturamento.

“Não necessariamente se trata de um lucro que a empresa realmente teve, mas de uma presunção com base no faturamento. O imposto vai ser cobrado, a não ser que o faturamento seja zero”, esclarece.

Já no lucro real, o imposto é cobrado tem base no que de fato a empresa lucrou. “As companhias do lucro presumido também não possuem créditos de PIS/Cofins, mas têm de IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados], por exemplo. Esse seria um crédito que poderia ser utilizado para abatimento de dívidas deste segmento, ainda que existam poucas indústrias no lucro presumido”, ressalta.

Os negócios que são tributados pelo Simples Nacional não estão contemplados no PRT. Sobre isso, Domingos afirma que seria muito complicado incluí-las. “Isso demandaria uma articulação entre União, estados e municípios, pois o Simples contempla impostos destas três esferas”, diz.

“Além disso, a lei complementar 155 de 2016 instituiu no final do ano passado um parcelamento de até 120 vezes para as empresas do Simples.”

Receita Federal altera regras de informações de dependentes na Dirpf

02/02/2017 – Fonte: Portal Contábil



Dependente com 12 anos ou mais terá de ter CPF para abatimento no Imposto de Renda em 2017

Foi publicada hoje no Diário Oficial da União a Instrução Normativa RFB nº 1688, que determina que os contribuintes que desejarem incluir seus dependentes na declaração do Imposto de Renda de 2017 deverão registrá-los no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), caso tenham 12 anos ou mais. Até então, a obrigatoriedade valia somente para dependentes com 14 anos ou mais.

A obrigatoriedade de inscrição de dependentes com 12 anos ou mais na DIRPF (Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física) reduz casos de retenção de declarações em malha, reduz riscos de fraudes relacionadas à inclusão de dependentes fictícios na DIRPF e, também, a inclusão de um mesmo dependente em mais de uma declaração.

Aprovação de reformas é prioridade da indústria no Congresso Nacional em 2017

02/02/2017 – Fonte: CNI

Para a CNI, novas regras para a Previdência Social, simplificação de tributos e modernização das relações do trabalho terão impacto relevante para a retomada do crescimento sustentável do Brasil



"O momento é propício para avaliarmos e discutirmos a urgência de temas essenciais para a retomada do desenvolvimento econômico e social sustentado" - Paulo Afonso Ferreira

A aprovação de reformas estruturais pelo Congresso Nacional em 2017 dará condições para a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira no futuro. Segundo o presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira, a mudança nas regras da Previdência Social, somada à limitação do crescimento do gasto público, eliminará o principal obstáculo para o Brasil manter um ciclo de desenvolvimento duradouro e estável, que é o desequilíbrio das contas públicas.

Ferreira antecipou as prioridades da indústria para 2017 nos debates do Congresso Nacional na abertura do Seminário RedIndústria, nesta quarta-feira (1º). O evento ocorre até quinta-feira (2), em Brasília, e reúne mais de 200 técnicos da CNI, das 27 federações e de cerca de 80 associações setoriais da indústria para construir a 22ª

Agenda Legislativa da Indústria. "O momento é propício para avaliarmos e discutirmos a urgência de temas essenciais para a retomada do desenvolvimento econômico e social sustentado", afirmou.

PRIORIDADES – A redução da burocracia e o aumento da segurança jurídica para o ambiente de negócios são fatores que permeiam os temas mais relevantes para a indústria brasileira neste ano. No campo econômico, espera-se que o Congresso comece a discutir uma proposta de reforma tributária no segundo semestre, após a promulgação de novas regras para a Previdência Social. "Deve ser uma reforma simplificadora e estimuladora de investimentos", exemplificou Ferreira.

A repactuação de dívidas financeiras e a regularização de dívidas tributárias das empresas, tirando-as de uma condição de inadimplência, viabilizará o início de novos projetos e investimentos necessários para o desenvolvimento regional e a retomada do crescimento. Além disso, a modernização das relações do trabalho, pela valorização da negociação coletiva, por exemplo, representa um importante estímulo à geração de empregos e redução nos conflitos na Justiça do Trabalho.

Conheça algumas prioridades da indústria brasileira na agenda de desenvolvimento do país em 2017:

Economia

Reforma da [Previdência](#)

Programa de [Regularização Tributária](#)

Reforma [tributária](#)

Relações do Trabalho

Revisão da Norma Regulamentadora nº 12 ([NR 12](#))

Regulamentação da [Terceirização](#)

Valorização da [Negociação Coletiva](#)

Meio Ambiente

Racionalização das Normas Ambientais

Questões institucionais

Reforma Política

MDIC abre consulta pública sobre negociação comercial com Japão e Coreia

02/02/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) abriu consulta pública para conhecer o posicionamento do setor privado em relação às negociações comerciais com o Japão e a República da Coreia (Coreia do Sul).

A consulta será feita por 60 dias e as manifestações devem ser encaminhadas por associações ou entidades de classe pelo e-mail consultas@mdic.gov.br. As entidades deverão se manifestar a respeito dos itens produzidos por seus associados e sobre os prazos de desgravação (redução de imposto de importação) desejados para os produtos em prazos de até 15 anos, ou mesmo sugerir a exclusão de determinados produtos da negociação de livre comércio.

De acordo com a circular publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 2, a consulta é feita considerando a necessidade de "harmonizar o posicionamento do governo e dos setores produtivos brasileiros" em relação à possibilidade de concessão de acesso preferencial ao mercado nacional de bens para os dois países.